

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

A Pernambucanas, mesmo diante de um contexto macroeconômico complicado com a economia mundial em desaceleração, segue evoluindo junto com a família brasileira, como referência no varejo nacional. A Companhia tem como marca registrada o pioneirismo e a contribuição para o progresso de diversas cidades do país mesmo enfrentando um período de inflação alta, aumento da taxa de juros, associados à implementação de uma política monetária contracionista, tenderiam a reduzir a demanda particularmente naqueles bens cuja aquisição é mais dependente de financiamento via crédito, caso das classes C, D e E. O ano de 2022 foi um ano complexo devido ao período eleitoral e os acontecimentos da Copa do Mundo de Futebol Masculino, eventos que ocorreram próximo de datas importantes para o varejo como Black Friday e Natal.

Nossos resultados de crescimento de Receita Bruta (Varejo&Financeira) atingiram variação positiva de 17,9% contra o ano anterior, com um maior crescimento na categoria de vestuário. Considerando vendas via Fígital⁽¹⁾, isto é, via *site*, aplicativo, *tablet*, *sacola/cupom* de descontos, *drive-thru* e WhatsApp, totalizamos 21,7%⁽¹⁾ de participação no 4T22 (crescimento de 7,45 p.p. contra o ano anterior). Acumulamos R\$ 4,7 bilhões de Receita Líquida e crescimento de 17,5% contra o ano anterior. As despesas administrativas (vendas e gerais), ajustadas, cresceu 13,7%⁽¹⁾, refletindo a expansão, dissídio e inflação, porém, conseguimos manter as despesas das estruturas existentes sem crescimento, o que demonstra o esforço da Companhia em manter suas despesas sob controle. Acertamos na estratégia comercial e melhora da margem bruta (crescimento de 2,94% contra o ano anterior), aliado à retomada do crescimento da *fintech* (PEFISA) impactaram positivamente a geração de caixa efetiva da empresa, o EBITDA apresentou recuperação com relação ao ano anterior, crescimento de 27%⁽¹⁾, o que demonstra o acerto na estratégia comercial, controle de despesas e retomada do crescimento da *fintech*.

Com a evolução e performance da carteira de crédito, adotamos uma política mais restrita durante os anos de 2020 e 2021, refletindo um crescimento menor na carteira, o que nos permitiu trabalhar na sua expansão em 2022, resultando em variação positiva de 14,9%⁽¹⁾ quando comparado com 2021. Além disso, apresentamos melhor crescimento na carteira em dia relativamente aos períodos anteriores. Sobre nosso provisionamento, apresentamos o maior índice de cobertura do *over 90*, reflexo da adoção do IFRS 09, que será exigido pelo BACEN a partir de 2024. Com a expansão da nossa carteira, voltamos a ter um crescimento importante nas receitas de produtos financeiros e de financiamentos.

Tendo em vista os destaques operacionais, seguimos nosso plano de expansão, baseado em um plano estratégico, ao fim do exercício de 2022, contávamos com um total de 502 lojas (501 lojas físicas + *e-commerce*); foram 37 inaugurações realizadas. Celebramos um grande marco para a Companhia com o retorno ao lugar onde tudo começou: a Pernambucanas voltou à cidade de Paulista, no Estado de Pernambuco. A loja conta com o "Espaço Nossa Casa", que traz aos clientes a oportunidade de conhecer um pouco da nossa história.

Nossa capacidade de inovar expandiu nossas parcerias, (i) inauguramos mais 4 Espaços Disney no último trimestre de 2022: no centro de Salvador, na Bahia; no Shopping Jockey Plaza, no Paraná; no Shopping Dom Pedro; e no Brooklin Paulista, as duas últimas no Estado de São Paulo. Atualmente, temos no total 9 Espaços Disney espalhados pelo Brasil, (ii) a nossa *fintech*, PEFISA, é a primeira financeira originada em um varejista a oferecer aos clientes um espaço financeiro exclusivo para atender a pessoas físicas e jurídicas. Hoje, a PEFISA já conta com 10 unidades, sendo 8 unidades em lojas físicas + 1 loja no Centro de Distribuição e 1 loja no Escritório Central, (iii) lançamos a variante *prime* do cartão de crédito, com benefícios diferenciados, com atendimento a clientes com maior poder aquisitivo, (iv) outro importante movimento foi a parceria com as lojas *Carmen Steffens*, no qual seremos os processadores dos cartões da marca, gerando potencial de maior faturamento com a bandeira Elo, aumento da base de clientes e diversificação do risco de crédito na carteira de crédito e, para concluir, (v) finalizamos as negociações junto à Sociedade Esportiva Palmeiras para lançamento do Palmeiras Pay.

Seguindo nosso foco em varejo de vestuário e posicionamento no mercado de moda, fomos destaque na mídia com o lançamento da primeira coleção exclusiva com nossa garota propaganda e embaixadora há aproximadamente oito anos, Paolla Oliveira. Lançamos nossa nova plataforma de vendas, *LIVE COMMERCE*, uma inovação na forma de consumir no ambiente digital, uma alavanca para a estratégia de vendas digital. Participamos, pela segunda vez, da CCXP (evento brasileiro de cultura *pop*), considerada a maior feira sobre o tema no Brasil.

Falando de sustentabilidade, apresentamos nossos compromissos ESG (*Environmental, Social and Governance*), que são mais do que apenas ações para evitar a deterioração dos recursos naturais ou adotar uma política de compensação, é uma estratégia sólida que planejamos e incorporamos na rotina e em todas as ações da nossa Companhia. No que engloba projetos ambientais, juntamente com a Raizen (empresa integrada de energia de origem brasileira), fechamos uma parceria com objetivo de gerar *energia renovável* e abastecer 243⁽¹⁾ lojas, por meio de Geração Distribuída. Investimos na ampliação de nossa frota própria, que incluem caminhões elétricos, um investimento que gera *otimização das rotas*, trazendo *agilidade e economia* para nossa operação logística. Lançamos nossa própria *plataforma de sustentabilidade*, o "Voltei", programa de intermediação de venda de roupas proporcionando um aumento no ciclo de vida das roupas e contribuindo com o meio ambiente. Com relação aos projetos sociais, lançamos os livros "Diversão em Família" e "Sabedoria de Mães", em parceria com a Editora Mol, arrecadamos mais de R\$ 330⁽¹⁾ mil reais. **Valor revertido para as instituições GRAAC e Instituto Ayrton Senna.** Apresentamos nossa **parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo** para a venda de uniformes escolares, nas lojas da capital paulista, importante fonte de vendas na cidade. Ampliamos parceria com a Faculdade Campos Elíseos para **acessos a cursos superiores** de Licenciatura e Bacharelado fornecendo uma oportunidade a nossos colaboradores e seus familiares de fazerem um curso superior. E realizamos uma parceria com a Rede de FastFood McDonald's, para a realização do McDia Feliz, principal **evento comunitário** da rede, em que a renda líquida é redirecionada para projetos sociais. Vendemos 92⁽¹⁾ mil vouchers, totalizando arrecadação de aproximadamente R\$ 1,6 milhão⁽¹⁾. No que tange à responsabilidade e governança, nossa **pesquisa interna de engajamento** 2022, contou com 99%⁽¹⁾ de participação de nossos colaboradores, com 92,1% de engajamento total (crescimento de 7% vs 2019)⁽¹⁾ e E-NPS (*Employee Net Promoter Score*) de 92⁽¹⁾ no acumulado do ano o que reflete um time engajado na melhoria do ambiente de trabalho.

Fomos reconhecidos em diversas categorias de **prêmios e rankings corporativos**, alguns deles são: *Workplace Customer Success Awards*, com o 1º lugar em líder de cultura. Prêmio Executivo de TI do ano: 1º na categoria vantagem competitiva. Ganhamos pela segunda vez, o prêmio *The Walt Disney Company*, como Melhor Experiência do Cliente em ponto de venda. De forma geral, apresentamos aumento de receita, PECLD controlada e lucro líquido positivo, redirecionamos a Companhia para nosso propósito de levar a Pernambucanas ao maior número possível de lares brasileiros, criando oportunidades, gerando desenvolvimento e impactando de forma positiva a vida de milhares de famílias brasileiras. Queremos dividir essas conquistas com nossos clientes e parceiros de negócios e agradecer aos nossos mais de 12.900 colaboradores comprometidos com a nossa cultura, seguimos com nosso compromisso de continuar nos reinventando e acolhendo as necessidades dos clientes e do negócio e, no próximo ano, seguir com ciclo de expansão, gerando empregos e fortalecendo nosso ecossistema de relacionamento, via experiência digital, diversificação de produtos e serviços.

(1) Números não auditados.

São Paulo, 20 de março de 2023.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	232.060	381.218	1.290.506	1.259.143
Contas a receber de clientes	6	451.751	591.298	3.041.673	2.189.214
Estoques	7	508.632	425.794	570.027	521.878
Impostos a recuperar	9	265.901	164.307	265.918	105.379
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	2.850	48.212	64.315	108.650
Instrumentos financeiros derivativos	10	180	8.648	180	8.648
Outros créditos	11	125.970	71.000	224.148	174.767
Total do ativo circulante		1.587.344	1.690.477	5.456.767	4.367.679
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	26.422	10.053	26.422	10.053
Contas a receber de clientes	6	-	-	68.353	46.543
Impostos a recuperar	9	412.852	138.091	427.554	217.671
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	161.791	146.577	161.791	146.577
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	326.362	230.047	618.470	499.541
Depósitos judiciais	19	51.658	48.900	52.171	49.384
Outros créditos	11	10	57	87.644	15.913
Total do ativo realizável a longo prazo		979.095	573.725	1.442.405	985.682
Propriedade para investimentos	13c	-	-	247.435	156.499
Investimentos	13	1.084.753	1.121.237	3.177	-
Imobilizado	14	641.343	561.102	730.869	651.429
Direito de uso	15	1.464.133	1.397.183	1.466.629	1.397.183
Intangível	16	312.326	183.004	540.388	318.643
		3.502.555	3.262.526	2.988.498	2.523.754
Total do ativo não circulante		4.481.650	3.836.251	4.430.903	3.509.436
Total do ativo		6.068.994	5.526.728	9.887.670	7.877.115

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	17	974.311	988.138	2.197.276	1.766.539
Empréstimos e financiamentos	18	457.170	443.320	832.749	969.504
Obrigações trabalhistas		138.692	144.374	151.994	154.631
Obrigações fiscais		142.135	123.950	153.152	135.779
Dividendos a pagar	21	12.500	-	12.500	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		6.321	20.414	15.476	14.762
Passivo de arrendamento	15	383.263	324.651	383.926	325.921
Demais contas a pagar	20	99.042	183.179	211.543	258.889
Total do passivo circulante		2.213.434	2.228.026	3.958.616	3.626.025
Não circulante					
Fornecedores	17	-	-	424	113
Passivo a descoberto de investida	13	7	85	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	420.087	232.958	2.086.830	706.408
Obrigações fiscais	19	-	-	1.383	996
Provisão para demandas judiciais	19	90.352	24.801	581.686	485.784
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	-	-	21.930	18.200
Passivo de arrendamento	15	1.287.031	1.195.301	1.289.090	1.194.031
Mútuos com partes relacionadas	8	110.372	-	-	-
Demais contas a pagar	20	171.896	158.022	172.271	158.397
Total do passivo não circulante		2.079.745	1.611.167	4.153.614	2.563.929
Patrimônio líquido					
Capital social	21	830.000	670.000	830.000	670.000
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.034)	-	(2.034)	-
Reservas de lucros	21	947.849	1.017.535	947.849	1.017.535
		1.775.815	1.687.535	1.775.815	1.687.535
Participação de não controladores		-	-	(375)	(374)
Patrimônio líquido total		1.775.815	1.687.535	1.775.440	1.687.161
Total do passivo e patrimônio líquido		6.068.994	5.526.728	9.887.670	7.877.115

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita	23	3.560.764	3.179.422	4.737.224	4.028.508
Custo das vendas e dos serviços prestados	24	(2.121.156)	(1.992.512)	(2.389.390)	(2.093.757)
Lucro bruto		1.439.608	1.186.910	2.347.834	1.934.751
Despesas com vendas	24	(1.239.261)	(1.152.178)	(1.241.019)	(1.139.159)
Despesas gerais e administrativas	24	(414.177)	(292.091)	(677.660)	(524.860)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	24	-	-	(558.403)	(403.061)
Participação nos lucros de controladas	13	69.180	51.365	3.128	-
Outros resultados operacionais	25	506.494	475.621	415.475	432.923
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		361.844	269.627	289.355	300.594
Receitas financeiras	26	236.599	97.233	243.528	102.194
Despesas financeiras	26	(515.552)	(276.193)	(455.631)	(282.820)
Despesas financeiras, líquidas		(278.953)	(178.960)	(212.103)	(180.626)
Resultado antes dos impostos		82.891	90.667	77.252	119.968
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	(37.844)	110.976	(51.089)	101.379
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	95.267	55.083	114.151	35.379
		57.423	166.059	63.062	136.758
Lucro líquido		140.314	256.726	140.314	256.726
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				140.314	256.726
Participação de não controladores				(1)	87
				140.313	256.813
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$	29			0,94	1,71

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		140.314	256.726	140.314	256.726
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
• Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego		-	(768)	-	(768)
• Instrumentos financeiros - <i>Hedge accounting</i>	10	(3.082)	-	(3.082)	-
• Instrumentos financeiros - Imposto diferido	12 b	1.048	-	1.048	-
Total do resultado abrangente do exercício		138.280	255.958	138.280	255.958
Atribuível a:					
• Acionistas da Companhia				138.280	255.958
• Participação de não controladores				(1)	87
				138.279	256.045

www.pernambucanas.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

(Continua...)

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Receitas		5.500.417	4.797.629	6.224.167	5.420.138	Distribuição do valor adicionado		(2.666.486)	(2.162.578)	(2.905.166)	(2.307.607)
Vendas de mercadorias, líquidas de cancelamentos e devoluções	23	4.936.237	4.278.226	5.018.042	4.332.518	Pessoal e encargos		(643.835)	(609.247)	(688.284)	(625.978)
Produtos e serviços financeiros	23	57.686	43.782	1.349.053	1.057.758	Remuneração		(499.070)	(476.136)	(531.786)	(489.800)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25	-	-	(558.403)	(403.061)	Benefícios		(81.035)	(80.721)	(86.857)	(83.657)
Outras receitas operacionais	25	506.494	475.621	415.475	432.923	FGTS		(44.134)	(38.975)	(45.735)	(39.098)
Insumos adquiridos de terceiros		(2.824.422)	(2.541.226)	(3.229.714)	(3.003.116)	Outros		(19.596)	(13.415)	(23.906)	(13.423)
Custo das vendas de mercadorias e serviços prestados	24	(2.121.156)	(1.992.512)	(2.389.390)	(2.093.757)	Impostos, taxas e contribuições		(1.407.716)	(1.087.201)	(1.521.781)	(1.160.536)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(703.266)	(606.108)	(840.324)	(901.017)	Federal		(545.939)	(315.215)	(650.000)	(378.125)
Perda / recuperação de valores ativos		-	57.394	-	(8.342)	Estadual		(860.251)	(771.109)	(860.662)	(771.296)
Valor adicionado bruto		2.675.995	2.256.403	2.994.453	2.417.022	Municipal		(1.526)	(877)	(11.119)	(11.115)
Depreciação e amortização	25	(315.288)	(242.423)	(335.943)	(266.454)	Remunerações de capitais de terceiros		(474.621)	(310.517)	(554.787)	(365.480)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		2.360.707	2.013.980	2.658.510	2.150.568	Juros		(346.574)	(205.987)	(353.759)	(207.592)
Valor adicionado recebido em transferência		305.779	148.598	246.656	157.039	Aluguéis		(113.611)	(108.459)	(186.582)	(161.784)
Resultado de equivalência patrimonial	13	69.180	51.365	3.128	54.845	Outros		(14.436)	3.929	(14.446)	3.896
Receitas financeiras	26	236.599	97.233	243.528	102.194	Remunerações de capitais próprios		(140.314)	(155.613)	(140.314)	(155.613)
Valor adicionado total a distribuir		2.666.486	2.162.578	2.905.166	2.307.607	Dividendos		(42.910)	-	(42.910)	-
						Lucros retidos		(97.404)	(155.613)	(97.404)	(155.613)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Nota	Atribuível aos acionistas da controladora							Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados		Total		
		Legal	Retenção de lucros	Legal	Retenção de lucros	Legal	Retenção de lucros			
Em 31 de dezembro de 2020		585.000	768	103.192	782.914	-	1.471.874	(367)	1.471.507	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	256.726	256.726	(7)	256.719	
Outros resultados abrangentes do exercício - benefícios pós-emprego		-	(768)	-	-	-	(768)	-	(768)	
Dividendos complementares em 30 de novembro de 2021 - R\$ 0,45 por ação		-	-	-	(67.547)	-	(67.547)	-	(67.547)	
Reversão de parte dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020		-	-	-	27.250	-	27.250	-	27.250	
Destinação do lucro:										
• Aumento de capital com lucro - 30 de abril de 2021	21	85.000	-	-	-	(85.000)	-	-	-	
• Reserva legal	21	-	-	12.836	-	(12.836)	-	-	-	
• Retenção de lucros		-	-	-	158.890	(158.890)	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2021		670.000	-	116.028	901.507	-	1.687.535	(374)	1.687.161	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	140.314	140.314	(1)	140.313	
Outros resultados abrangentes do exercício - <i>hedge accounting</i>	10	-	(3.082)	-	-	-	(3.082)	-	(3.082)	
Outros resultados abrangentes do exercício - impostos diferidos		-	1.048	-	-	-	1.048	-	1.048	
Destinação do lucro:										
• Aumento de capital com lucro - 10 de maio de 2022	21	160.000	-	-	(160.000)	-	-	-	-	
• Dividendos complementares em maio de 2022 - R\$ 0,05 por ação	21	-	-	-	(7.090)	-	(7.090)	-	(7.090)	
• Reserva legal	21	-	-	7.016	-	(7.016)	-	-	-	
• Dividendos antecipados em janeiro e maio de 2022 - R\$ 0,25 por ação	21	-	-	-	-	(30.410)	(30.410)	-	(30.410)	
• Dividendos propostos	21	-	-	-	-	(12.500)	(12.500)	-	(12.500)	
• Retenção de lucros		-	-	-	90.388	(90.388)	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2022		830.000	(2.034)	123.044	824.805	-	1.775.815	(375)	1.775.440	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas ("Pernambucanas", "Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo e tem como atividades preponderantes a comercialização de artigos de vestuário masculino, feminino, infantil, esportes e artigos para cama, mesa, banho, tapetes, cortinas e artigos eletroeletrônicos leves, bem como a participação em outras sociedades, prestação de serviços, importação e exportação de produtos e administração de bens imóveis próprios.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 502 lojas (2021 – 468 lojas).

1.1. Relação de entidades que compõem o Grupo
As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as operações da Companhia e das seguintes entidades controladas diretas e indiretas:

Controladas	2022		2021	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Pefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Pefisa")	100,00%	-	100,00%	-
Hotel Jatiúca S.A.	99,94%	0,02%	99,94%	0,02%
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. ("Alinc")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
Lundserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.	99,80%	0,20%	99,80%	0,20%
Tropicana de Hotéis e Turismo S.A.	99,99%	-	99,99%	-
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	10,00%	90,00%	10,00%	90,00%
Pefisa Corretora de Seguros S.A.	-	100,00%	-	100,00%
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	100%	-	100%	-
Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A.	100%	-	100%	-
Pernambucanas Shangai (I)	100%	-	-	-
Coligada				
JG Soluções em Tecnologia Ltda. (ii)	-	49%	-	-

(i) Entidade criada com o objetivo de viabilizar suas importações de mercadorias para comercialização.

(ii) Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia adquiriu 49% da participação do capital da JG Soluções em Tecnologia Ltda. pelo montante de R\$ 49 mil. O investimento nesta empresa foi registrado pelo método de equivalência patrimonial. A JG Soluções em Tecnologia Ltda. foi adquirida com a intenção de criar sinergia com os negócios preexistentes da Companhia. Não obstante, o contrato de compra incluiu uma cláusula de não concorrência, proibindo a JG Soluções de investir em outros negócios semelhantes, para não impactar as estratégias de crescimento da Companhia.

As demonstrações financeiras das entidades controladas obedecem às mesmas práticas contábeis adotadas pela Controladora, sendo que no caso da PEFISA, por se tratar de uma instituição financeira que segue a regulamentação do Banco Central do Brasil – BACEN, foram feitas análises de convergência às normas CPC/IFRS.

Para proporcionar vantagens competitivas aos seus clientes e ao próprio negócio, a Companhia mantém operações de financiamento e investimento por meio de sua controlada Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA"), instituição regulada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

A Companhia atua no ramo hoteleiro por meio da sua controlada Hotel Jatiúca S.A., localizada em Maceió, Estado de Alagoas, e no ramo de incorporação e construção de imóveis residenciais e comerciais, através da controlada Arthur Lundgren Investimento, Incorporação e Administração Ltda., localizada em São Paulo, Estado de São Paulo.

A Controladora compartilha as estruturas de custos corporativos, gerenciais e operacionais com as empresas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). Os custos relacionados aos negócios do Grupo são reconhecidos em cada uma das entidades por meio de critérios de rateio.

2. Base de preparação e declaração de conformidade
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (BR GAAP) e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), respectivamente.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), controladora e consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias de capital aberto, por meio da CPC 09 / (Deliberação CVM nº 557/08). Considerando que a Companhia é uma Sociedade Anônima de capital fechado e que as normas internacionais não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, a mesma está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 20 de março de 2023.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação
Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Pernambucanas e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo (Nota 10);
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo (Nota 27);
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo (Nota 13c).

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o resultado das entidades controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e, por esse motivo, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, formam um único conjunto de informações e estão sendo apresentadas lado a lado, não havendo diferença entre o patrimônio líquido e o resultado individual e consolidado.

2.3. Principais políticas contábeis

2.3.1. Consolidação
Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhadas de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). Para detalhes sobre as participações nas controladas, veja Nota 1.1.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A equalização de políticas contábeis entre as entidades controladas e a Controladora estão descritas na Nota 13a.

2.3.2. Moeda estrangeira
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais da Companhia estão relacionados com empréstimos, fornecedores estrangeiros e derivativos financeiros e são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3.3. Benefícios a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia não tem obrigações de benefícios de longo prazo, por exemplo *stock option* ou similar.

2.3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Receitas com descontos em negociações comerciais;
- Receita de ajuste a valor presente do contas a receber;
- Despesa de ajuste a valor presente de fornecedores;
- Despesa de juros com arrendamento mercantil.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

2.3.5. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, sendo calculado individualmente para cada entidade do Grupo conforme aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(...continuação)

(Em milhares de Reais)

2.3.6. Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em histórico de perdas apuradas no processo de inventário físico dos estoques das lojas e centrais de distribuição e por preços líquidos de venda abaixo do custo, ocasionado por liquidações, trocas de estação ou pequenos defeitos decorrentes de manuseio das mercadorias.

2.3.7. Imobilizado
Reconhecimento e mensuração
O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens descritas na Nota 14. A Companhia adota como procedimento revisar o imobilizado para verificação de possíveis perdas. A Companhia efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

As benfeitorias em imóveis de terceiros, compreendidas, substancialmente, por reformas e adaptações dos imóveis alugados para atender às operações da Companhia que, em sua grande maioria, serão revertidas aos proprietários dos imóveis ao final do contrato de locação, são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação. Nos casos em que há expectativas de que ocorrerá a renovação do contrato de locação por mais de um período por parte do proprietário do imóvel e que os custos com a renovação não sejam significativos em relação ao todo, a Administração da Companhia considera o prazo de amortização pelo período total do contrato incluindo suas renovações. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativos:	Período em anos
Edifícios	40 - 80 anos
Móveis e utensílios	5 - 10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Aeronaves	7 anos
Equipamentos	5 - 10 anos

2.3.8. Ativos intangíveis

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a um determinado projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para utilizar o *software*; e
- Os gastos atribuíveis ao *software* durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*.

Gastos de desenvolvimento, que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de *softwares*, são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A vida útil estimada para as licenças de *software* é de 5 anos.

2.3.9. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento, principalmente lojas e centro de distribuição, são mantidas para rendimentos de aluguel e não são ocupadas pelo Grupo nas suas próprias operações. Sendo inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

A Companhia contrata avaliadores externos, independentes e qualificados para determinar o valor justo das propriedades para investimento ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item), são reconhecidos no resultado.

2.3.10. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação, se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A partir de 1º de janeiro de 2021, à medida que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.3.11. Deterioração de ativos não financeiros - Impairment

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por recuperação de ativo financeiro é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da recuperação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco insignificante de mudança de valor. A Companhia não tem caixa ou equivalente de caixa restritos que compõem o saldo da conta.

2.3.13. Instrumentos financeiros**Reconhecimento e mensuração inicial**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia compromete-se a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas, decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em "Despesas financeiras, líquidas" no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Classificação e mensuração subsequente**Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou ao Valor Justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes se atender a ambas condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao Valor Justo por meio do justo.

No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes como ao Valor Justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo no resultado, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outros:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; e
- Quando torna-se provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.

Para os ativos financeiros registrados pelo valor de custo amortizado, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os derivativos para negociação, apresentados na rubrica "Operações com derivativos", são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações lançadas contra o patrimônio líquido ou resultado em "Receitas ou despesas financeiras".

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 10.

2.3.14. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias, prestação de serviços ou venda de serviços financeiros registrados no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para *impairment*.

2.3.15. Ajuste a valor presente

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. As operações de compras e vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente utilizando-se uma taxa equivalente à taxa livre de risco acrescida do risco da indústria.

2.3.16. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.3.17. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

2.3.18. Reconhecimento de receita

A receita da Companhia é reconhecida de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita com contratos de clientes, a qual estabelece um modelo de cinco passos para determinar a mensuração da receita, o momento e como ela será reconhecida, a saber: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações financeiras consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas, entre as empresas do Grupo. Para as receitas cujo recebimento se dará a prazo ou parcelado, a Companhia procede com o seu reconhecimento pelo valor presente.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

A receita é reconhecida quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:

(a) Venda de produtos - Varejo

A Companhia opera com pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de vendas de mercadoria e o correspondente custo das mercadorias vendidas são reconhecidos no resultado do exercício quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro e por meio de cartão de crédito ou débito.

A receita oriunda das vendas das lojas físicas e do *e-commerce* é reconhecida após o seu faturamento, entrega e aceite das mercadorias por parte dos clientes, que é quando os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. No caso o *e-commerce*, para determinar o momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, a Companhia monitora o prazo de entrega das mercadorias aos clientes, efetuando ajustes na receita operacional quando necessário.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para tipos específicos de mercadorias. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em outros valores a pagar e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.

(b) Vendas de serviços financeiros

A Companhia vende serviços de produtos financeiros e recebe pela intermediação da venda de seguros, garantia estendida e outros, os quais são reconhecidos no resultado da Companhia no mesmo momento em que ocorre a prestação do serviço.

O Grupo realiza operações de crediário próprio, seguros, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais o Grupo é intermediador. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

(c) Receita de incorporação

As receitas de vendas, os custos de terrenos e construção, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.3.19. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da lei societária.



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(...continuação)

(Em milhares de Reais)

2.3.20 Reservas de retenção de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social.

O lucro líquido, não distribuído como dividendos mínimos obrigatórios e não constituído como reserva legal, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em Assembleia Geral, o Conselho Consultivo deliberará sobre a aplicação do excesso, para distribuição de dividendos complementares, integralização ou aumento do capital social, e/ou constituição de reserva de retenção de lucros.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(a) Incertezas de estimativas e premissas

Como descrito na Nota 6, as contas a receber de clientes da Companhia são controladas por faixa de vencimento e pelo número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos respectivos clientes, sendo efetuado um acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis, entre a data de venda ao cliente (constituição de devedores por vendas, serviços e financiamentos) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo determinada a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) sobre a vida da carteira de crédito, em especial com relação aos recebíveis da controlada PEFISA. Na Nota 6, estão apresentadas as informações relevantes sobre os recebíveis do Grupo, incluindo títulos vencidos e a movimentação da PECLD.

(b) Perda com inventário e desvalorização dos estoques

A provisão para perdas dos estoques é estimada, com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

A provisão para desvalorização dos saldos dos estoques é ocasionada, basicamente, por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção e por pequenos defeitos ocasionados no manuseio das mercadorias. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado (Nota 7).

(c) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

Cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio efetuadas pela Administração. As premissas e os julgamentos utilizados pela Administração para projetar os lucros tributáveis futuros podem sofrer alterações relevantes nos exercícios futuros em decorrência de eventos que estejam fora do controle da Administração (Nota 12).

(d) Provisão para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias

Como descrito na Nota 19, a Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Considerando que cálculos desta natureza envolvem definição de metodologias e utilização de premissas, ou ainda, possibilidade de acordo entre as partes, o valor real pode apresentar variações em relação à estimativa. A Administração acredita que essas provisões para contingências tributárias, cíveis, trabalhistas e previdenciárias estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Valor justo de instrumentos financeiros e propriedade para investimento

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

Os principais dados utilizados pela Companhia na avaliação do valor justo, tais como taxas de desconto, rendimentos terminais, taxas de vacância esperadas e taxas de crescimento de aluguel são estimadas pelos avaliadores independentes com base em transações comparáveis e dados do setor (Nota 13c).

3.1. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 / IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, o Grupo não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

O Grupo está monitorando os desenvolvimentos futuros.

(b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem.

As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26 / IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23 / IAS 8).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	114.885	37.346	135.931	71.156
Numerário em trânsito	21.050	20.754	21.050	20.754
Aplicações financeiras (i)	96.125	323.118	914.574	805.167
Letras Financeiras do Tesouro – LTF (ii)	-	-	218.951	362.066
	<u>232.060</u>	<u>381.218</u>	<u>1.290.506</u>	<u>1.259.143</u>
Circulante	<u>232.060</u>	<u>381.218</u>	<u>1.290.506</u>	<u>1.259.143</u>

(i) As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas, com rendimentos médios anuais de 95,69% do CDI ou 12,43% ao ano (2021 – 96,6% do CDI ou 4,27% ao ano). O saldo consolidado inclui aplicações em Certificados de Depósito Interfinanceiro Diário (CDI-Over), efetuadas pela PEFISA e estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante), com rendimento médio anual de 100,06% do CDI (2021 – 99,95% do CDI).

(ii) As aplicações financeiras referem-se a Letras Financeiras do Tesouro – LTF, e são classificadas na categoria “VJR”. O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

Em 31 de dezembro de 2022, existem transações da Controladora com partes relacionadas no montante de R\$ 9.520, (2021 – R\$ 31.499) em aplicações financeiras.

Os valores de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrição de uso.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações financeiras (i)	11.113	10.053	11.113	10.053
Aplicações financeiras – Caixa restrito (ii)	15.309	-	15.309	-
	<u>26.422</u>	<u>10.053</u>	<u>26.422</u>	<u>10.053</u>

(i) Aplicação financeira a juros de 100% do IPCA + 4,80% (2021 – 100% do IPCA + 4,80%).

(ii) Refere-se a valor equivalente a 3 (três) parcelas dos contratos de Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI, com vencimento final em 2027.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de clientes	395.395	362.061	409.226	394.091
Contas a receber partes relacionadas (Nota 8)	56.356	229.237	-	-
Operações de crédito	-	-	2.700.800	1.841.666
	<u>451.751</u>	<u>591.298</u>	<u>3.110.026</u>	<u>2.235.757</u>
Circulante	<u>451.751</u>	<u>591.298</u>	<u>3.041.673</u>	<u>2.189.214</u>
Não circulante	-	-	68.353	46.543

As operações de crédito são representadas por crédito direto ao consumidor e crédito pessoal oferecidos aos clientes da Companhia pela controlada PEFISA.

As contas a receber de clientes incluem, basicamente, o crediário próprio em PEFISA e os valores a receber de administradoras de cartões de crédito e estão demonstradas conforme segue:

Saldos por vencimento das contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer				
Até 30 dias	246.008	334.340	923.024	659.484
De 31 a 60 dias	79.333	3.944	480.407	296.626
De 61 a 90 dias	55.901	9.799	336.914	299.339
De 91 a 180 dias	52.093	149.177	483.660	335.925
Acima de 181 dias	24.434	98.465	353.856	236.713
	<u>457.769</u>	<u>595.725</u>	<u>2.577.861</u>	<u>1.828.087</u>
Vencidas				
De 01 a 30 dias	-	-	100.174	67.389
De 31 a 60 dias	-	-	69.293	35.381
De 61 a 90 dias	-	-	67.905	45.317
De 91 a 180 dias	-	-	215.595	123.649
Acima de 181 dias	-	-	265.677	181.450
	-	-	<u>718.644</u>	<u>453.186</u>

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Operações de crédito	-	-	3.296.505	2.281.273
Cartões de crédito – terceiros	401.413	366.488	407.153	368.374
Contas a receber – partes relacionadas	56.356	229.237	-	-
Total	<u>457.769</u>	<u>595.725</u>	<u>3.703.658</u>	<u>2.649.647</u>
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	(587.614)	(407.341)
Ajuste a valor presente	(6.018)	(4.427)	(6.018)	(6.549)
Contas a receber de clientes, líquido	<u>451.751</u>	<u>591.298</u>	<u>3.110.026</u>	<u>2.235.757</u>

O ajuste a valor presente calculado pela Companhia considera o valor do dinheiro no tempo entre a data das vendas, realizadas por meio de cartões de créditos ou crediário próprio e a data do efetivo recebimento dos clientes. O ajuste a valor presente dos recebíveis é calculado para os vencimentos acima de 30 dias, e é utilizado uma taxa equivalente à taxa livre de risco acrescida do risco da indústria (Nota 2.3.15).

Em 31 de dezembro de 2022, contas a receber de clientes vencidos no Consolidado, no total de R\$ 718.644 (2021 – R\$ 453.186), apresentam um indicativo de risco de perda por recuperação do ativo.

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber.

A Companhia tem por prática o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, considerando o risco ou a probabilidade de que ocorra uma perda de crédito ao refletir sobre a possibilidade de que essa perda ocorra e sobre a possibilidade de que não ocorra, mesmo se a possibilidade de ocorrência de perda de crédito for muito baixa.

Para fins da Controladora, não realizamos análise de perda devido ao risco se manter apenas na Controlada PEFISA.

O saldo da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber de suas Controladas PEFISA, Hotel Jatiúca e Alinec em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 587.614 (2021 – R\$ 407.341), foi calculado utilizando o mesmo critério de provisionamento descrito no parágrafo anterior adotado por sua Controladora.

Movimentações da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber:

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	407.341	372.649
Adições	579.367	420.808
Recuperações (i)	(15.367)	(128.171)
Reversão de provisão	(383.727)	(257.945)
Saldo final	<u>587.614</u>	<u>407.341</u>

(i) Valores referentes à recuperação (recebimento) de saldos vencidos.

A constituição e a baixa da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, por recuperação do ativo, foram registradas no resultado do exercício.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de devedores por vendas, conforme mencionada acima.

Mensuração da perda esperada

A mensuração das perdas esperadas requer aplicação de premissas significativas, o cálculo é baseado na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo. O procedimento de cálculo da perda de crédito esperada considera, entre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos em diferentes estágios, como se observa nas definições a seguir:

• **Estágio 1** - Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ou temos em conta os instrumentos financeiros que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial. Nesse estágio, também são incluídas operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2;

• **Estágio 2** - Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, registra-se uma penalização na provisão maior que no Estágio 1. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3;

• **Estágio 3** - Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mas agravando a PD “Probability of default” para 100%.

O cálculo da perda esperada envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como: qualidade do crédito, concentração e fatores econômicos.

A classificação de instrumentos financeiros é realizada de acordo com o modelo de negócios que reflete seu objetivo para com o instrumento, verificando se os fluxos de caixa contratuais compreendem apenas pagamento de principal e juros.

Parâmetros de risco de crédito

Para determinar o valor de perda esperada, avalia-se primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável coletivamente para ativos financeiros que não sejam significativos individualmente. Para medir esta perda, separa-se os ativos financeiros em grupos, levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

• **Exposição à inadimplência (“Exposure at default” – EAD):** é a quantia de uma transação exposta ao risco de crédito, incluindo a proporção da exposição atual do saldo em aberto que poderia ser fornecida na data futura da inadimplência.

• **Probabilidade de inadimplência (“Probability of default” – PD):** é a probabilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagar o principal e/ou juros.

• **Loss Given Default (“Loss given default” – LGD):** é uma estimativa de perda originada no caso de uma inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Taxa de desconto

A taxa de desconto é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, e que é igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro pelo seu valor contábil.

Visão Forward Looking

Para a incorporação de informação prospectiva que possam reforçar o cálculo, são incluídas variáveis macroeconômicas em critérios e cálculo, utilizando cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequado à classificação em estágios.

Para estimar os parâmetros acima, a Companhia aplicou sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para cálculo de parâmetros.

Definição de inadimplência

A Companhia considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito.

As perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Companhia são contabilizadas pelo custo amortizado e são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos e que não são cotados em um mercado ativo (a existência de vendas não supõe uma inconsistência com o modelo de negócio se são pontuais ou pouco significativas).

Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercadorias para revenda	501.657	423.564	562.651	519.222
Material para consumo	22.603	13.071	23.004	13.497
Ajuste a valor presente	(15.628)	(10.841)	(15.628)	(10.841)
	<u>508.632</u>	<u>425.794</u>	<u>570.027</u>	<u>521.878</u>

As operações de compras a prazo foram trazidas ao seu valor presente utilizando-se uma taxa equivalente à taxa livre de risco acrescida do risco da indústria. A taxa utilizada foi de 1,32% a.m. (2021 – 1,02% a.m.).

O valor da provisão para perdas dos estoques refere-se às provisões para perdas de inventário e para desvalorização dos estoques, ambas constituídas conforme os critérios descritos na Nota 2.3.6.

Movimentação da provisão para perda nos estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	(13.661)	(12.016)	(13.661)	(12.016)
Adição	(57.793)	(13.742)	(57.793)	(13.742)
Baixa por perda	48.889	12.097	48.889	12.097
Saldo final	<u>(22.565)</u>	<u>(13.661)</u>	<u>(22.565)</u>	<u>(13.661)</u>



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
 ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

(...continuação)

8. Partes relacionadas

O financiamento de vendas aos clientes da Companhia é efetuado pela PEFISA. A elaboração de cadastros, a análise de crédito e a cobrança desses financiamentos são realizadas pelo Departamento de Crédito e Cobrança da Companhia. Por consequência, parte dos custos deste departamento é ressarcida pela PEFISA à Controladora. As transações de mútuos entre partes relacionadas são remuneradas, substancialmente, com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e correspondeu em uma média de 10,95% ao ano (2021 – 9,74% ao ano).

Os saldos e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentados, conforme segue:

(a) Controladora

	PEFISA	LUNDSERV	ALINC	ALTA Empreendimentos	ALTA Promotora	Controladas Total – 2022	Outras partes relacionadas JG Tecnologia
Ativo circulante							
Caixa e equivalente caixa	888	-	-	-	-	888	-
Créditos cedidos - Repasse de recurso (i)	56.356	-	-	-	-	56.356	-
Realizável a longo prazo							
Outros créditos	-	10	-	-	-	10	-
Intangível	-	-	-	-	-	-	10.062
Passivo circulante							
Repasse de recursos (i)	(20.997)	-	(1.048)	-	-	(22.045)	-
Repasse de recursos - Risco sacado (ii)	(26.332)	-	-	-	-	(26.332)	-
Demais contas a pagar	-	-	-	-	-	-	(1.072)
Ativo não circulante							
Empréstimos de mútuo (iii)	-	-	-	(5.275)	(105.096)	(110.371)	-
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	(888)	-	-	-	-	(888)	-
Resultado do exercício							
Receitas (despesas) financeiras	(9.041)	-	-	(275)	(14.444)	(23.760)	-

(i) Operações comerciais de compras realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), cujos valores são repassados no prazo médio de 5 (cinco) dias.

(ii) Trata-se de operação alternativa de suporte aos nossos fornecedores comerciais, sem a necessidade destes fornecedores obterem linha de crédito no Banco. Não são realizadas de forma massificada e decorrem de decisão de gestão de caixa dos próprios fornecedores, sem incidência de encargos financeiros ou garantias adicionais para nossa Companhia, preservando as características comerciais normais do negócio, tanto em preço como em prazos médios e portanto, preservando a essência da transação.

Nestas operações, os fornecedores ao anteciparem seus recebíveis, transferem o direito do recebimento dos títulos para uma instituição financeira, mantendo os prazos originais da transação, que foi realizada em condições comerciais similares às praticadas com aqueles fornecedores que não aderem a estas operações.

(iii) As condições dos empréstimos de mútuo são: com a Altsa Empreendimentos tem vencimento em 1º/08/2023 à taxa de 100% do CDI + 3% a.a. e com a Pernambucanas Promotora tem vencimento em 10/02/2024 à taxa de 100% do CDI + 3% a.a.

Controladora

	Hotel		Jatiúca		Total –		
	PEFISA	Jatiúca	Muricy	ALINC	LUNDSERV	Administradora	2021
Ativo circulante							
Caixa e equivalente de caixa	555	-	-	-	-	-	555
Contas a receber (Nota 6) (i)	204.237	-	-	-	-	-	204.237
Outras contas a receber	10.048	-	-	-	-	-	10.048
Dividendos a receber (Nota 6)	25.000	-	-	-	-	-	25.000
Ativo não circulante							
Empréstimos de mútuo / AFAC (Nota 11)	-	-	-	-	7	-	7
Passivo circulante							
Repasse de recursos (i)	(69.048)	-	-	(1.347)	-	(825)	(71.220)
Passivo não circulante							
Empréstimos financeiros	-	-	-	(10.048)	-	-	(10.048)
Letra de câmbio	(555)	-	-	-	-	-	(555)
Demonstração do resultado							
Receitas (despesas) financeiras	-	-	89	-	-	(274)	(185)

(i) Operações comerciais de compras realizadas por consumidores nas lojas da Companhia, cujo financiamento é concedido pela financeira do Grupo (PEFISA), cujos valores são repassados no prazo médio de 5 (cinco) dias.

(b) Consolidado

	2022		2021	
	Outras partes relacionadas JG Tecnologia		Outras partes relacionadas JG Tecnologia	
Ativo não circulante				
Intangível		10.062		-
Passivo circulante				
Demais contas a pagar (Nota 20)		(1.072)		-

A Companhia tem contratos de locação de lojas firmados com partes relacionadas por um período de até dez anos, os quais são calculados com base em percentual de vendas das lojas arrendadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas com amortização do direito de uso, juros, arrendamentos e aluguéis com partes relacionadas totalizaram R\$ 25.660 (2021 – R\$ 26.344).

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração total dos administradores da Companhia, composta pela Diretoria e membros do Conselho Consultivo, totalizou R\$ 12.505 (2021 – R\$ 11.892) na Controladora e R\$ 18.159 (2021 – R\$ 18.845) no Consolidado.

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS e COFINS a recuperar (i)	531.890	189.009	533.137	189.009
INSS a recuperar (iv)	63.702	57.489	63.730	57.489
ICMS a recuperar sobre ativo fixo	636	1.797	636	1.797
ICMS a recuperar	23.027	8.336	23.039	8.336
ICMS transferência interestadual (ii)	33.415	19.871	33.415	19.871
ICMS retido substituição tributária (iii)	26.019	25.896	26.019	25.895
Outros impostos a recuperar	64	-	13.496	20.653
	<u>678.753</u>	<u>302.398</u>	<u>693.472</u>	<u>323.050</u>
Ativo circulante	265.901	164.307	265.918	105.379
Ativo não circulante	412.852	138.091	427.554	217.671

(i) O saldo de PIS e COFINS a recuperar na Controladora no montante de R\$ 247.606 (2021 – R\$ 189.009), refere-se à ação judicial transitada em julgado em 08/11/2018 que objetivou afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e a COFINS e também ação que visava afastar o PIS e a COFINS sobre a receita de venda dos produtos eletrônicos (lei do bem) previstos no artigo 28 da Lei nº 11.196/2005 transitada em julgado em 03/08/2022 no montante de R\$ 284.284 (2021 – R\$ 0).

(ii) O saldo de ICMS a recuperar na Controladora, no montante de R\$ 33.415 (2021 – R\$ 19.871), refere-se ao crédito de ICMS próprio que posteriormente poderá ser transferido para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo, ou seja, é o ICMS pago antecipadamente no momento da transferência das mercadorias para as lojas.

(iii) O ICMS substituição tributária a recuperar na Controladora, no montante de R\$ 26.019 (2021 – R\$ 25.896), corresponde, principalmente, ao crédito de ICMS retido antecipadamente pelo Estado de São Paulo por ocasião das compras de mercadorias e que posteriormente poderão ser transferidas para outros Estados da Federação, ou apropriados no ICMS sobre vendas no Estado de São Paulo.

(iv) O INSS a recuperar refere-se ao processo de recálculo do FAP/RAT/SAP, oriundo da aplicação da Súmula 357 retroativo ao anos de 2010 após conversão dos depósitos judiciais em "disponibilidades".

10. Instrumentos financeiros derivativos

Hedge de fluxo de caixa

Tem o intuito de proteger-se do risco de variação cambial nas captações em moeda estrangeira. A parcela efetiva da variação no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes. Esta parcela é realizada quando o risco para o qual o derivativo foi contratado é eliminado.

Em 31 de dezembro, o portfólio de derivativos pode ser resumido, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado						
2022						
Início	Vencimento	Dólar contratado	Valor de contrato	Ponta ativa	Ponta passiva	Ajustes
31/05/2022	03/04/2023	5,3490	16,047	Swap	15,889	16,779 (890) (ii)
				MTM	15,932	16,997 (1,065)
				Hedge accounting		(175) (i)
30/09/2022	30/11/2023	4,7600	49,028	Swap	53,927	49,775 4,152 (ii)
				MTM	53,087	51,842 1,245
				Hedge accounting		(2,907) (i)
Total hedge accounting (patrimônio líquido) (i)						(3,082)
Total swap (ii)						3,262
Total no ativo circulante						180

www.pernambucanas.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

(Continua...)

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
 ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(...continuação)

(Em milhares de Reais)

14. **Imobilizado**
 O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, de acordo com o CPC 01 (R4), sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou a recuperabilidade e não identificou a necessidade de constituir provisão para os seus ativos que remanescem nos livros da Companhia registrados contabilmente, por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

(a) Controladora

	Benfeitorias em		Móveis e		Equipamento		Imobilizado em		Imobilizado total	
	Terrenos	Imóveis	imóveis de terceiros	utensílios	Instalações	Veículos	processamento de dados	Aeronaves		andamento
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	25	211.907	56.696	121.562	294	29.247	606	140.765	561.102
Aquisição	-	-	21.982	22.301	42.584	-	14.894	3.335	61.646	166.742
Alienação	-	(25)	(1.364)	(682)	(162)	-	(25)	-	-	(2.258)
Depreciação	-	-	(34.064)	(12.424)	(27.324)	(94)	(10.170)	(167)	-	(84.243)
Transferências	-	-	28.748	22.301	64.121	-	-	-	(115.170)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	227.209	88.192	200.781	200	33.946	3.774	87.241	641.343
Custo total	-	-	545.014	211.596	407.964	1.192	153.985	13.201	87.241	1.420.193
Depreciação acumulada	-	-	(317.805)	(123.404)	(207.183)	(992)	(120.039)	(9.427)	-	(778.850)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	227.209	88.192	200.781	200	33.946	3.774	87.241	641.343
Taxa de depreciação - %	-	1,6 a 2,5	(*)	10	10	20	20	14,3	(**)	-

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.

(**) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

	Benfeitorias em		Móveis e		Equipamento		Imobilizado em		Imobilizado total	
	Terrenos	Imóveis	imóveis de terceiros	utensílios	Instalações	Veículos	processamento de dados	Aeronaves		andamento
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3.717	29.833	175.589	72.104	116.051	387	34.055	385	30.551	462.672
Aquisição	-	-	56.859	8.712	32.949	-	4.239	638	103.271	206.668
Alienação	(3.717)	(22.882)	(2.618)	(62)	(6.950)	-	(2)	-	-	(36.231)
Depreciação	-	(257)	(28.797)	(11.112)	(22.160)	(93)	(9.171)	(417)	-	(72.007)
Reclassificação	-	(6.669)	6.669	(12.946)	-	-	3	-	12.943	-
Transferências	-	-	4.205	-	1.672	-	123	-	(6.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	25	211.907	56.696	121.562	294	29.247	606	140.765	561.102
Custo total	-	25	495.576	167.987	302.143	1.193	139.541	9.866	140.765	1.257.096
Depreciação acumulada	-	-	(283.669)	(111.291)	(180.581)	(899)	(110.294)	(9.260)	-	(695.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	25	211.907	56.696	121.562	294	29.247	606	140.765	561.102
Taxa de depreciação - %	-	1,6 a 2,5	(*)	10 a 20	10	20	10 a 20	10	(**)	-

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.

(**) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

(b) Consolidado

	Benfeitorias em		Móveis e		Estande de vendas	Máquinas, equipamentos e aparelhos		Equipamento		Imobilizado em		Imobilizado total
	Terrenos	Imóveis	imóveis de terceiros	utensílios		Instalações	Veículos	processamento de dados	Aeronaves	andamento		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.165	66.945	211.907	58.240	(427)	122.565	294	32	30.774	606	131.328	651.429
Movimentação 2022	-	12	21.982	22.417	-	42.639	-	571	14.951	3.335	65.975	171.882
Aquisição	-	(3.229)	(1.364)	(682)	-	(162)	-	-	(25)	-	(57)	(5.519)
Alienação	-	(1.569)	(34.065)	(12.693)	(169)	(27.600)	(94)	(384)	(10.182)	(167)	-	(86.923)
Depreciação	-	(10)	(5.236)	28.749	21.531	596	64.122	-	1.520	(1.517)	-	(109.755)
Transferências	-	-	227.209	88.813	-	201.564	200	1.739	34.001	3.774	87.491	730.869
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29.155	56.923	227.209	88.813	-	201.564	200	1.739	34.001	3.774	87.491	730.869
Custo total	29.155	64.577	545.014	215.403	1.224	411.109	1.192	5.423	154.890	13.201	87.491	1.528.679
Depreciação acumulada	-	(7.654)	(317.805)	(126.590)	(1.224)	(209.545)	(992)	(3.684)	(120.889)	(9.427)	-	(797.810)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29.155	56.923	227.209	88.813	-	201.564	200	1.739	34.001	3.774	87.491	730.869
Taxa de depreciação - %	-	1,6 a 2,5	(*)	10	33,33	10	20	10	20	14,3	-	-

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.

(**) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

Ano 2021:

	Benfeitorias em		Móveis e		Estande de vendas	Máquinas, equipamentos e aparelhos		Equipamento		Imobilizado em		Imobilizado total
	Terrenos	Imóveis	imóveis de terceiros	utensílios		Instalações	Veículos	processamento de dados	Aeronaves	andamento		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.872	135.199	175.589	73.877	-	117.315	387	35	35.588	384	22.966	594.212
Movimentação 2021	-	24.461	56.858	8.760	-	32.966	-	-	8.136	638	101.470	233.289
Aquisição	-	(84.939)	(2.618)	(62)	-	(6.952)	-	-	(6)	-	-	(98.294)
Alienação	(3.717)	(1.122)	(28.796)	(11.389)	(427)	(22.437)	(93)	(3)	(13.095)	(416)	-	(77.778)
Depreciação	-	(6.679)	6.669	(12.946)	-	-	-	-	3	-	12.943	-
Reclassificação	10	-	4.205	-	-	1.673	-	-	148	-	(6.051)	-
Transferências	-	-	211.907	58.240	(427)	122.565	294	32	30.774	606	131.328	651.429
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.165	66.945	211.907	58.240	(427)	122.565	294	32	30.774	606	131.328	651.429
Custo total	29.165	73.724	495.576	172.433	934	305.232	1.192	75	145.261	9.866	131.328	1.364.785
Depreciação acumulada	-	(6.779)	(283.668)	(114.193)	(1.361)	(182.667)	(898)	(43)	(114.487)	(9.260)	-	(713.356)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	29.165	66.945	211.907	58.240	(427)	122.565	294	32	30.774	606	131.328	651.429
Taxa de depreciação - %	-	1,6 a 2,5	(*)	10	10	10	20	10 a 20	10 a 20	10	(**)	-

(*) Depreciação de acordo com o prazo de vigência dos contratos de locação, que varia entre 5 e 10 anos.

(**) Imobilizado em andamento está substancialmente representado por atualização dos equipamentos, remodelagem, expansão e atualização das lojas.

15. **Ativo de direito de uso e passivo de arrendamentos**

As contas patrimoniais sofreram alterações significativas em virtude do reconhecimento dos compromissos futuros originados dos contratos de locação que, após avaliação da Companhia, identificou-se estarem no escopo da CPC 06 - Arrendamentos / IFRS 16 Arrendamento Mercantil, conforme demonstrado abaixo:

(a) Ativo direito de uso

	Controladora			Consolidado		
	Imóvel	Veículo	Total	Imóvel	Veículo	Total
Saldo em 31/12/2020	1.075.568	1.618	1.077.186	1.075.568	1.618	1.077.186
Saldo inicial em 01/01/2021	1.075.568	1.618	1.077.186	1.075.568	1.618	1.077.186
Adições	299.474	1.880	301.354	299.474	1.880	301.354
Depreciação no exercício (Nota 26)	(151.354)	(1.089)	(152.443)	(151.354)	(1.089)	(152.443)
Ajuste por remensuração	170.847	239	171.086	170.847	239	171.086
Saldo em 31/12/2021	1.394.535	2.648	1.397.183	1.394.535	2.648	1.397.183
Saldo inicial em 01/01/2022	1.394.535	2.648	1.397.183	1.394.535	2.648	1.397.183
Adições	80.973	15.753	96.726	84.027	15.753	99.780
Depreciação no exercício (Nota 26)	(190.233)	(2.947)	(193.180)	(190.791)	(2.947)	(193.738)
Baixa por encerramento	(550)	(183)	(733)	(550)	(183)	(733)
Ajuste por remensuração	163.944	193	164.137	163.944	193	164.137
Saldo em 31/12/2022	1.448.669	15.464	1.464.133	1.451.165	15.464	1.466.629

(b) Passivo de arrendamento

	Controladora			Consolidado		
	Imóvel	Veículo	Total	Imóvel	Veículo	Total
Saldo em 31/12/2020	1.151.903	1.628	1.153.531	1.151.903	1.628	1.153.531
Saldo inicial em 01/01/2021	1.151.903	1.628	1.153.531	1.151.903	1.628	1.153.531
Adições	299.474	1.880	301.354	299.474	1.880	301.354
Juros apropriados	138.701	249	138.950	138.701	249	138.950
Baixa por pagamento	(243.729)	(1.240)	(244.969)	(243.729)	(1.240)	(244.969)
Ajuste por remensuração	170.847	239	171.086	170.847	239	171.086
Saldo em 31/12/2021	1.517.196	2.756	1.519.952	1.517.196	2.756	1.519.952
Saldo inicial em 01/01/2022	1.517.196	2.756	1.519.952	1.517.196	2.756	1.519.952
Adições	77.735	15.753	93.488	80.791	15.753	96.544
Juros apropriados	182.506	1.639	184.145	182.954	1.639	184.593
Baixa por pagamento	(286.748)	(3.947)	(290.695)	(287.529)	(3.947)	(291.476)
Baixa por encerramentos	(550)	(183)	(733)	(550)	(183)	(733)
Ajuste por remensuração	163.944	193	164.137	163.943	193	164.136
Saldo em 31/12/2022	1.654.083	16.211	1.670.294	1.656.805	16.211	1.673.016

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 616 contratos de arrendamento (534 em 31 de dezembro de 2021) para suas unidades comerciais e administrativas, sendo que alguns destes preveem uma contraprestação variável, incidente sobre as vendas, cujo valor continua sendo registrado como despesa de acordo com a sua competência. Para os contratos que, após análise inicial, estão no escopo da norma, na mensuração do passivo de arrendamento considerou-se o valor dos pagamentos futuros de alugueis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal.

Na adoção inicial do CPC 06 Arrendamentos / IFRS 16 Arrendamento Mercantil, a taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 14,08% a.a. Em 2022, a Companhia avaliou a taxa média ponderada de desconto utilizada e, para os novos contratos, foi utilizada a taxa de 15,16% a.a. (2021 - 9,80% a.a.).

Abaixo o cronograma de vencimento do passivo de arrendamento:

Vencimentos	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2023	383.263	324.650	383.926	324.650
2024	229.253	166.307	229.707	166.307
2025	223.623	161.737	224.145	161.737
2026	209.177	156.441	209.700	156.441
2027	186.378	147.865	186.517	147.865
2028	157.831	138.091	157.982	138.091
2029	102.524	125.162	102.697	125.162
2030 em diante	178.245	299.699	178.342	299.699
Saldo final	1.670.294	1.519.952	1.673.016	1.519.952

A Companhia possui direito a crédito de PIS e COFINS nos contratos de aluguel na ocorrência de seus pagamentos, em 31 de dezembro de 2022 o valor potencial do crédito trazido a valor presente é de R\$ 154.753 (2021 - R\$ 140.596).

(c) Resultado

Com a adoção da norma CPC 06 Arrendamentos / IFRS 16 Arrendamento Mercantil, o resultado da Companhia ficou menor em R\$ 56.425 na Controladora e R\$ 56.650 no Consolidado (2021 - R\$ 46.424) na Controladora e no Consolidado, conforme abaixo:

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2022	2021		

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
 ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Em milhares de Reais)

(...continuação)

	Controladora			
	Marcas registradas e licenças	Licenças de software	(i) Software em desenvolvimento	Intangível total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	48.589	42.231	91.385
Movimentação 2021				
Adição	-	-	111.021	111.021
Amortização	-	(19.400)	-	(19.400)
Alienação	-	(2)	-	(2)
Transferência	-	80.667	(80.667)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	565	109.854	72.585	183.004
Custo total	565	323.803	72.585	396.953
Depreciação acumulada	-	(213.949)	-	(213.949)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	565	109.854	72.585	183.004
Movimentação 2022				
Adição	-	-	170.382	170.382
Amortização	-	(40.992)	-	(40.992)
Alienação	-	(68)	-	(68)
Transferência	-	107.264	(107.264)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	565	176.058	135.703	312.326
Custo total	565	431.068	135.703	567.336
Depreciação acumulada	-	(255.010)	-	(255.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	565	176.058	135.703	312.326
Taxa de amortização - %	-	20%	-	-

(i) Refere-se a desenvolvimento interno de *software*, a Companhia possui uma área de Tecnologia e um laboratório digital de pesquisa e desenvolvimento que atua forte na construção de novas tecnologias.

(b) Consolidado

	Consolidado			
	Marcas registradas e licenças	Licenças de software	(i) Software em desenvolvimento	Intangível total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	565	96.057	78.369	174.991
Movimentação 2021				
Adição	-	8.181	173.177	181.358
Amortização	-	(37.660)	-	(37.660)
Alienação	-	(46)	-	(46)
Transferência	-	79.882	(79.882)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	565	146.414	171.664	318.643
Custo total	565	440.205	171.664	612.434
Depreciação acumulada	-	(293.791)	-	(293.791)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	565	146.414	171.664	318.643
Movimentação 2022				
Adição	-	-	280.226	280.226
Amortização	-	(58.408)	-	(58.408)
Alienação	-	(73)	-	(73)
Transferência	-	141.186	(141.186)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	565	229.119	310.704	540.388
Custo total	565	581.259	310.704	892.528
Depreciação acumulada	-	(352.140)	-	(352.140)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	565	229.119	310.704	540.388
Taxa de amortização - %	-	20%	-	-

(i) Refere-se a desenvolvimento interno de *software*, a Companhia possui uma área de Tecnologia e um laboratório digital de pesquisa e desenvolvimento que atua forte na construção de novas tecnologias.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores nacionais	882.772	802.706	884.073	803.427
Fornecedores estrangeiros	46.900	29.876	46.900	29.876
Fornecedores - imobilizado, material de consumo e outros	36.475	76.717	37.701	80.054
Valores de repasse a operadoras de cartões (i)	-	-	1.247.194	774.456
Confirming (ii)	26.332	92.469	-	92.469
Ajuste a valor presente	(18.168)	(13.630)	(18.168)	(13.630)
Total fornecedores	974.311	988.138	2.197.700	1.766.652
Passivo circulante	974.311	988.138	2.197.276	1.766.539
No passivo não circulante	-	-	424	113

(i) Companhia oferece aos seus clientes, cartões de crédito bandeirado com a opção de utilização em estabelecimento de terceiros. Os débitos das aquisições de bens e serviços pelos clientes, originados em estabelecimentos comerciais credenciados à bandeira, são repassados às operadoras de cartões de crédito.

(ii) *Confirming* (risco sacado) - Trata-se de operação alternativa de suporte aos nossos fornecedores comerciais, sem a necessidade destes fornecedores obterem linha de crédito junto às instituições financeiras. Não são realizadas de forma massificada e decorrem de decisão de gestão de caixa dos próprios fornecedores, sem incidência de encargos financeiros ou garantias adicionais para a Companhia, preservando as características comerciais normais do negócio, tanto em preço como em prazos inicialmente acordados entre a Companhia e o fornecedor. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é 100% operacionalizado pela PEFISA. Nestas operações os fornecedores, ao anteciparem seus recebíveis, transferem o direito do recebimento dos títulos para a PEFISA, mantendo os prazos originais da transação, que foi realizada em condições comerciais similares às praticadas com aqueles fornecedores que não aderem a estas operações.

18. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros e comissões - %	Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
			2022	2021	2022	2021
Capital de giro - moeda estrangeira - USD	CDI + 4,66% a.a.	2023	69.816	-	69.816	-
Capital de giro - moeda nacional (a)	CDI + 3,58% a.a.	2023 - 2027	556.391	574.547	573.009	621.922
Debêntures (i)	CDI + 1,89% a.a.	2023	50.556	100.825	50.556	100.825
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	CDI + 2,5% a 3% a.a.	2023 - 2027	200.494	-	200.494	-
Depósitos interfinanceiros (ii)	Taxa média de 118,25% a 118,85% do CDI	2023 - 2027	-	-	2.025.704	952.259
Arrendamento mercantil (iii)			-	906	-	906
			877.257	676.278	2.919.579	1.675.912
Passivo circulante			457.170	443.320	832.749	969.504
No passivo não circulante			420.087	232.958	2.086.830	706.408

(i) A Companhia detém empréstimos bancários, Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e uma debênture com cláusulas contratuais (*covenants*) que, entre outros, requerem a manutenção de indicadores financeiros anuais e atendimento de determinados prazos para disponibilização de demonstrações financeiras. Estes indicadores são acompanhados mensalmente pela Companhia e estão dentro dos limites indicados: i) a margem EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação e amortização) mínima seja de 0,5%; ii) Patrimônio líquido mínimo de R\$ 700.000; iii) Dívida financeira líquida (somatório dos empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades de caixa) de até R\$ 1.000.000; e iv) Dívida líquida Consolidada / EBITDA ≤ 3.

(ii) Os depósitos interfinanceiros captados pela PEFISA estão vinculados à taxa de juros do CDI (flutuante).

(a) Refere-se a capital de giro para apoiar suas atividades operacionais, a Companhia vem investindo fortemente na expansão de sua rede de Lojas e, com isso, faz captações de apoio ao seu caixa operacional.

A Companhia é avalista dos empréstimos bancários de sua controlada Hotel Jatiúca S.A., no montante de R\$ 1.176 (2021 - R\$ 11.340).

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, assim como os empréstimos atrelados à variação do CDI, apresentam diferença entre o valor contábil e o valor de mercado apurado pelo método do fluxo de caixa descontado, e estão demonstrados na Nota 27:

Os vencimentos dos empréstimos estão previstos para as seguintes datas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2022	-	443.320	-	959.504
2023	457.170	106.000	832.749	413.174
2024	75.706	61.333	475.964	126.617
2025	65.873	65.625	804.809	176.617
2026	116.246	-	585.495	-
A partir de 2027	162.262	-	220.562	-
	877.257	676.278	2.919.579	1.675.912

	2022		2021	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos bancários				
Moeda estrangeira	69.816	69.019	-	-
Moeda nacional	2.849.763	3.815.053	1.675.912	1.875.346
Total	2.919.579	3.884.072	1.675.912	1.875.346

O valor justo foi estimado com base nos fluxos de caixa projetados dos contratos originais de empréstimos, descontados a valor presente, utilizando-se as taxas futuras de moedas nas datas de vencimento dos empréstimos.

A Administração da Companhia contratou *hedge* dos instrumentos financeiros NDFs (Nota 10), através de operações de *swap*, convertendo as obrigações financeiras tomadas em dólares norte-americanos, para o CDI.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2021	Juros provisionados	Juros liquidados	Saldo em 31/12/2022
Moeda estrangeira	-	65.075	6.135	(1.393)
Moeda nacional	675.372	605.447	100.191	(96.045)
Arrendamento mercantil	906	-	(159)	(747)
Total	676.278	670.522	106.167	(479.665)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2020	Juros provisionados	Juros liquidados	Saldo em 31/12/2021
Moeda estrangeira	97.535	-	30.092	(23.960)
Moeda nacional	833.371	316.000	23.787	(48.234)
Arrendamento mercantil	2.158	-	247	(1.499)
Total	933.064	316.000	54.126	(72.194)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2021	Juros provisionados	Juros liquidados	Saldo em 31/12/2022
Moeda estrangeira	-	65.075	6.135	(1.393)
Moeda nacional	722.746	603.525	108.181	(102.700)
Depósitos interfinanceiros	952.260	1.543.562	222.907	(682.978)
Arrendamento mercantil	906	-	(159)	(747)
Total	1.675.912	2.212.162	337.064	(102.700)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2020	Juros provisionados	Juros liquidados	Saldo em 31/12/2021
Moeda estrangeira	97.535	-	30.092	(23.960)
Moeda nacional	883.019	328.108	29.637	(53.249)
Depósitos interfinanceiros	877.442	717.548	62.307	(705.037)
Arrendamento mercantil	2.158	-	247	(1.499)
Total	1.860.154	1.045.656	122.283	(77.209)

19. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas constituem provisão para contingências relativas a processos fiscais, trabalhistas e cíveis com base na avaliação de risco efetuada pela Administração, apoiada pelos seus consultores jurídicos. A provisão registrada nas demonstrações financeiras é considerada adequada pela Administração para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento.

O Grupo apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Controladora		2021	
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Montante provisionado
Tributários	8.834	64.495	6.703	1.511
Trabalhistas e cíveis	42.824	25.857	42.197	23.290
	51.658	90.352	48.900	24.801
Ativo não circulante	51.658	-	48.900	-
Passivo não circulante	-	90.352	-	24.801

	Controladora		2021	
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Montante provisionado
Tributários	8.834	555.793	6.703	452.579
Trabalhistas e cíveis	43.337	25.893	42.681	33.205
	52.171	581.686	49.384	485.784
Ativo não circulante	52.171	-	49.384	-
Passivo não circulante	-	581.686	-	485.784

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
No início do exercício	48.900	66.920	49.384	67.358
Adições de novos depósitos	9.140	231	9.142	231
Baixas por perda de causa	(7.273)	(18.382)	(7.273)	(18.382)
Atualização monetária	891	131	918	177
No fim do exercício	51.658	48.900	52.171	49.384

A movimentação da provisão para contingências no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
No início do exercício	24.801	25.604	485.784	477.254
Adições de novas provisões	79.523	1.817	82.249	4.566
Baixa por reversão de provisão	(9.491)	(1.106)	(9.558)	(1.106)
Baixa por pagamento	(7.313)	(4.021)	(7.347)	(4.033)
Atualização monetária	2.832	2.507	30.558	9.103
No fim do exercício	90.352	24.801	581.686	485.784



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

(a) Processos tributários PIS e COFINS

A controlada PEFISA impetrou mandado de segurança questionando a constitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, levada a efeito com a promulgação da Lei nº 9.718/98. Requeveu, ainda, a declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, bem como a declaração de seu direito de compensar os valores indevidamente recolhidos. Em 27 de outubro de 2006, a liminar foi deferida determinando a suspensão do recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS nos termos da referida Lei. A controlada PEFISA efetuou o recolhimento das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS, de acordo com a liminar obtida e provisionando a diferença em relação ao valor previsto segundo a Lei nº 9.718/98. Em 31 de dezembro de 2022, o montante registrado como provisão para contingências fiscais é de R\$ 478.794 (2021 – R\$ 451.068).

(b) Processos trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em outras discussões judiciais e administrativas, trabalhistas e cíveis, para as quais foram consignadas provisões quando julgado que a perda é provável pela Administração, com o suporte dos seus assessores legais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante provisionado correspondia a R\$ 43.337 (2021 – R\$ 42.681)

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de natureza fiscal envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, no montante de R\$ 874.416 (2021 – R\$ 822.872), com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição abaixo por esfera e descrição das principais ações:

	2022	2021
Tributários	802.451	752.433
Trabalhistas	35.576	26.537
Cível	36.389	43.902
	<u>874.416</u>	<u>822.872</u>

(i) Auto de infração de IRRF, IRPJ e CSLL

Em 11 de dezembro de 2007, a Companhia foi autuada em relação ao IRRF, ao IRPJ e à CSLL, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 276.751 (2021 – R\$ 279.429).

Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível, razão pela qual, não foi registrada qualquer provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Presentemente, as matérias consignadas no auto infracional, estão sendo discutidas na esfera administrativa, não havendo discussão judicial a este tempo.

(ii) Auto de infração de ICMS

Em 9 de dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, referente a créditos de ICMS e obrigações acessórias relacionadas à importação de mercadorias, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 359.746 (2021 – R\$ 344.771). Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível, razão pela qual não foi registrada qualquer provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Presentemente, as matérias consignadas no auto infracional, estão sendo discutidas na esfera administrativa, não havendo discussão judicial a este tempo.

(d) Depósitos judiciais e cauções

Está sendo apresentado na rubrica Depósitos Judiciais e Cauções - Consolidado, os valores relativos aos casos em que a Administração da Companhia é solicitada a efetuar depósitos em juízo para recorrer de sentenças em instâncias superiores. A Companhia apresenta no ativo não circulante os depósitos judiciais - efetuados para discussão cujo montante em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 51.658 (2021 – R\$ 48.900) na Controladora, e R\$ 52.171 (2021 – R\$ 49.384) no Consolidado.

20. Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento de clientes	194	1.522	545	10.481
Repasse na intermediação de produtos financeiros e serviços (i)	1.869	2.339	94.581	114.126
Aluguéis a pagar (ii)	5.671	33.572	5.671	33.572
Receita diferida (iii)	124.362	140.122	124.362	140.122
Ação judicial (iv)	68.372	59.967	68.372	59.967
Repasse de recursos (Nota 8)	22.045	71.220	-	-
Outras partes relacionadas (Nota 8)	1.072	-	1.072	-
Outros	47.353	32.459	89.211	59.018
	<u>270.938</u>	<u>341.201</u>	<u>383.814</u>	<u>417.286</u>
Passivo circulante	99.042	183.179	211.543	258.889
Passivo não circulante	171.896	158.022	172.271	158.397

(i) A Companhia intermedia em suas lojas a venda de produtos financeiros e serviços, tais como venda de seguros, garantias e serviços de telecomunicações, o qual é repassado o valor da venda para os parceiros comerciais, em contrapartida a Companhia recebe uma comissão pela intermediação dos serviços.

(ii) Refere-se ao valor dos contratos de arrendamento, cuja contraprestação é variável e, portanto, não estão no escopo do CPC 06 (R3), cuja despesa foi reconhecida de acordo com a sua competência, mas o valor será efetivamente pago no início do mês subsequente.

(iii) Refere-se aos contratos de dez anos firmados com determinadas instituições financeiras, com exclusividade para a venda de serviços financeiros, garantias e seguros a clientes da Companhia. O valor de R\$ 124.362 (2021 – R\$ 140.122) na controladora e consolidado, estão segregados entre outras contas a pagar no passivo circulante, no valor de R\$ 36.462 (2021 – R\$ 42.066) na controladora e consolidado e no passivo não circulante no valor de R\$ 87.900 (2021 – R\$ 98.056) na controladora e consolidado.

(iv) A Companhia compõe o polo passivo em uma disputa judicial com duração de mais de 50 anos que envolve o espólio de um antigo sócio. Segundo os advogados responsáveis pelo acompanhamento da disputa judicial, o risco era considerado como possível, razão pela qual, não foi realizado qualquer provisionamento nas demonstrações financeiras anteriores a 2011. Durante o exercício de 2011, em razão das decisões prolatadas no citado processo, o risco passou a ser classificado como provável. A sentença de perda do valor provisionado acima já é líquida e certa, mas ainda é objeto de recurso pelas partes por um possível aumento no valor em discussão. A Administração da Companhia e seus advogados, visando obter sua melhor estimativa quanto às perdas futuras, contratou perito especializado e independente que estimou o valor do risco, em 31 de dezembro de 2011, em R\$ 16.549. Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado corresponde a R\$ 68.372 (2021 – R\$ 59.967).

21. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é representado por 150.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 10 de maio de 2022, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 160.000 (2021 – R\$ 85.000), mediante a capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, passando o valor do capital social a ser R\$ 830.000 (2021 – R\$ 670.000).

Em 21 de julho de 2020, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 72.000, mediante a capitalização de parte da reserva de retenção de lucros, passando o valor do capital social a ser R\$ 585.000 (2019 – R\$ 513.000).

(b) Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social.

(c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de abril de 2021, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberada a reversão de parte dos dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 27.250.

Em 13 de janeiro de 2022, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberada a distribuição de dividendos antecipados no montante de R\$ 25.000.

Em 2 de maio de 2022, conforme Ata Geral Extraordinária foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 12.500, sendo R\$ 5.410 como antecipação do exercício de 2022, e R\$ 7.090 a ser retirado da conta de retenção de lucros.

Os dividendos consignados nas demonstrações financeiras e sujeitos à aprovação em assembleia dos acionistas, é como segue:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	140.314	256.726
Lucro líquido – base para cálculo da reserva legal	140.314	256.726
Reserva legal – 5%	7.016	12.836
Lucro retido – disponível ao acionista (i)	38.342	-
Lucro retido – disponível ao acionista (ii)	-	26.718
Lucro retido – não disponível ao acionista (iii)	-	(96.741)
Lucro líquido ajustado – base para cálculo dos dividendos	171.640	173.784
Percentual de dividendos	25%	25%
Dividendos mínimos	42.910	43.446
Dividendos complementares ao mínimo	-	24.101
Dividendos propostos	42.910	67.547
Dividendos antecipados	(30.410)	(67.547)
Dividendos a distribuir	12.500	-

(i) Em 2022, o efeito temporal do IFRS 16 no resultado da Companhia foi excluído para fins de base de cálculo dos dividendos.

(ii) A Companhia obteve êxito em ação judicial já transitada em julgado que buscava afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e à COFINS. O montante somente ficará à disposição do acionista para fins de distribuição de dividendos quando da realização via caixa deste valor. Em 2021, houve a realização de R\$ 26.718.

(iii) A Companhia obteve êxito em ação judicial, referente à exclusão de Selic e outros encargos de mora da base do IRPJ e CSLL sobre débitos tributários, o montante foi excluído da base de cálculo dos dividendos, o montante somente ficará à disposição do acionista para fins de distribuição de dividendos quando da realização via caixa deste valor.

(d) Retenção de lucros

Conforme estabelecido pelo artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros (excetuadas as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar) não poderá ultrapassar o capital social da Companhia. Atendido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

22. Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Administração do Grupo que destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos operacionais, com o objetivo de auxiliar nas tomadas de decisões estratégicas do Grupo. A Pernambucanas é uma empresa brasileira, dedicada à venda de mercadorias ao setor varejista exclusivamente no mercado interno, tendo também se estruturado para atender à necessidade financeira de seus clientes por meio de sua financeira PEFISA. A Companhia construiu um modelo de negócio integrado e geograficamente estruturado no território brasileiro, atendendo atualmente a todas as regiões do país. Seus principais segmentos de negócio podem ser entendidos por:

(i) **Varejo:** Comércio de artigos de moda, lar e eletroeletrônicos, com foco em consumidores das classes C e D, por meio de lojas físicas e e-commerce.

(ii) **Produtos e serviços financeiros:** Concessão de empréstimos pessoais, financiamento de compras, seguros, emissão e administração de cartões de crédito e contas de pagamento, podendo praticar todas as atividades legalmente admitidas para as sociedades de crédito.

(iii) **Outros:** Outras atividades no ramo hoteleiro e de incorporação que não atingem parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos para apresentação em separado.

(a) Resultados

	Produtos					2022
	Varejo (*)	financeiros (*)	Outros (**)	Total	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	3.560.764	1.115.372	76.391	4.752.527	(15.303)	4.737.224
Custos das vendas	(2.121.156)	(225.243)	(42.991)	(2.389.390)	-	(2.389.390)
Lucro bruto	1.439.608	890.129	33.400	2.363.137	(15.303)	2.347.834
Vendas	(952.833)	(12.311)	(2.911)	(968.055)	14.012	(954.043)
Gerais e administrativas	(382.189)	(225.186)	(19.480)	(626.855)	1.290	(625.565)
Incobráveis baixados	-	(558.369)	(35)	(558.404)	-	(558.404)
Depreciação e amortização	(318.416)	(17.331)	(3.323)	(339.070)	-	(339.070)
Participação nos lucros de controladas	69.180	1.388	(142)	70.426	(67.298)	3.128
Outros resultados operacionais	506.494	(46.273)	12.033	472.254	(56.779)	415.475
Resultado gerado pelos segmentos	361.844	32.047	19.542	413.433	(124.078)	289.355
Receitas financeiras	236.599	-	21.365	257.964	(14.436)	243.528
Despesas financeiras	(515.552)	(577)	(10.137)	(526.266)	70.635	(455.631)
Imposto de renda e contribuição social	57.423	10.910	(7.481)	60.852	2.210	63.062
Lucro líquido do exercício	140.314	42.380	23.289	205.983	(65.669)	140.314
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	(1)
	-	-	-	-	-	140.313

(*) O total da receita da Companhia é originada basicamente pela sua carteira de clientes pessoa física, e não há nenhum cliente responsável por 10% ou mais do faturamento anual.

(**) A Companhia opera também no ramo hoteleiro através da controlada Hotel Jatiúca e no ramo de incorporação e construção de imóveis através da Alinc.

	Produtos					2021
	Varejo (*)	financeiros (*)	Outros (**)	Total	Eliminações	Consolidado
Receita operacional líquida	3.179.422	805.818	79.384	4.064.624	(36.116)	4.028.508
Custos das vendas	(1.992.512)	(63.767)	(37.478)	(2.093.757)	-	(2.093.757)
Lucro bruto	1.186.910	742.051	41.906	1.970.867	(36.116)	1.934.751
Vendas	(909.755)	(10.406)	(1.899)	(922.060)	25.324	(896.736)
Gerais e administrativas	(292.091)	(215.377)	(29.944)	(537.412)	36.583	(500.829)
Incobráveis baixados	-	(403.061)	-	(403.061)	-	(403.061)
Depreciação e amortização	(242.423)	(21.870)	(2.161)	(266.454)	-	(266.454)
Participação nos lucros de controladas	51.365	-	-	51.365	(51.365)	-
Outros resultados operacionais	475.621	(67.686)	51.490	459.425	(26.502)	432.923
Resultado gerado pelos segmentos	269.627	23.651	59.392	352.670	(52.076)	300.594
Receitas financeiras	97.233	-	4.776	102.009	185	102.194
Despesas financeiras	(276.193)	(7)	(6.620)	(282.820)	-	(282.820)
Imposto de renda e contribuição social	166.059	(11.060)	(18.241)	136.758	-	136.758
Lucro líquido do exercício	256.726	12.584	39.307	308.617	(51.891)	256.726
Participação dos não controladores	-	-	-	-	-	87
	-	-	-	-	-	256.813

(*) O total da receita da Companhia é originada basicamente pela sua carteira de clientes pessoa física, e não há nenhum cliente responsável por 10% ou mais do faturamento anual.

(**) A Companhia opera também no ramo hoteleiro através da controlada Hotel Jatiúca e no ramo de incorporação e construção de imóveis através da Alinc.

(b) Ativos, passivos e patrimônio líquido

	Produtos					2022
	Varejo	financeiros	Outros (*)	Eliminações	Consolidado	
Ativo						
Ativo circulante	1.587.344	3.880.702	104.476	(115.757)	5.456.767	
Ativo não circulante	4.481.650	680.884	459.933	(1.191.562)	4.430.903	
Total do ativo	6.068.994	4.561.586	564.409	(1.307.319)	9.887.670	
Passivo						
Passivo circulante	2.213.434	1.825.472	35.474	(115.764)	3.958.616	
Passivo não circulante	2.079.745	2.158.000	26.248	(110.379)	4.153.614	
Total do passivo	4.293.179	3.983.472	61.722	(226.143)	8.112.230	
Patrimônio líquido	1.775.815	578.114	502.687	(1.081.176)	1.775.440	
Total do passivo e patrimônio líquido	6.068.994	4.561.586	564.409	(1.307.319)	9.887.670	
(**) A Companhia opera também no ramo hoteleiro através da controlada Hotel Jatiúca e no ramo de incorporação e construção de imóveis através da Alinc.						

(*) A Companhia opera também no ramo hoteleiro através da controlada Hotel Jatiúca e no ramo de incorporação e construção de imóveis através da Alinc.



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
 ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (...continuação) (Em milhares de Reais)

23. Receita
 A composição das principais receitas da Companhia assim como reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercadorias	4.936.237	4.278.226	5.018.042	4.332.518
Ajuste a valor presente das vendas	(29.695)	(17.545)	(29.695)	(17.545)
Serviços financeiros	-	-	1.283.788	1.013.976
Serviços prestados	57.686	43.782	65.266	43.782
Receita bruta de vendas e dos serviços	4.964.228	4.304.463	6.337.401	5.372.731
Descontos concedidos	(176.905)	(281.561)	(272.434)	(281.928)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(1.226.559)	(843.480)	(1.327.743)	(1.062.295)
Receita líquida de vendas e dos serviços	3.560.764	3.179.422	4.737.224	4.028.508

24. Informações sobre a natureza das despesas
 A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas	(2.121.156)	(1.992.512)	(2.389.390)	(2.093.757)
Despesa com pessoal	(761.917)	(706.175)	(802.005)	(756.116)
Depreciação e amortização	(122.108)	(91.407)	(145.331)	(115.438)
Amortização (arrendamento)	(193.180)	(152.443)	(193.738)	(152.443)
Despesas de transporte	(11.525)	(11.470)	(20.384)	(19.685)
Despesas com publicidade e comunicação	(52.029)	(28.298)	(57.621)	(36.625)
Despesa de ocupação, uso e manutenção	(305.492)	(330.653)	(327.174)	(326.828)
Impostos e taxas	(3.339)	(16.465)	(3.659)	(17.711)
Incobráveis baixados (líquido das recuperações)	-	-	(558.403)	(403.061)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	-	-	-	(34.692)
Despesas com demandas judiciais	(68.093)	(2.330)	(86.132)	(17.247)
Despesa com manutenção e serviço de processamento de dados	(47.536)	(41.447)	(97.746)	(85.095)
Despesa com cadastro, cobrança e atendimento ao cliente	-	-	(50.758)	(42.083)
Outras despesas (inferiores a R\$ 3 milhões por rubrica)	(88.219)	(63.581)	(134.131)	(60.056)
Custo total das vendas, despesas de vendas e despesas gerais e administrativas	(3.774.594)	(3.436.781)	(4.866.472)	(4.160.837)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas	(2.121.156)	(1.992.512)	(2.389.390)	(2.093.757)
Despesa com vendas	(1.239.261)	(1.152.178)	(1.241.019)	(1.139.159)
Despesas gerais e administrativas	(414.177)	(292.091)	(677.660)	(524.860)
Incobráveis baixados – líquido das recuperações	-	-	(558.403)	(403.061)
Total	(3.774.594)	(3.436.781)	(4.866.472)	(4.160.837)

25. Outros resultados operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aluguéis recebidos	3.401	4.118	3.417	5.518
Ganho na alienação de bens	21.864	213.658	21.891	249.972
Bonificação por expansão de lojas	10.067	17.629	10.067	17.629
Venda de energia elétrica	216	2.035	216	2.035
Participação de resultados – Profit (i)	76.331	68.850	-	-
Resultado de venda na participação societária	-	68.886	-	68.886
Ajuste a valor justo (AVJ Imóveis)	-	-	12.337	11.526
Recuperação de créditos fiscais (ii)	351.562	71.615	351.562	71.615
Resíduos de vale presente e vale-troca	2.252	2.556	2.252	2.556
Bonificação por expansão de lojas intercompany	47.158	25.975	-	-
Outras receitas	(4.994)	3.419	16.296	6.306
Total dos resultados operacionais, líquidas	507.857	478.741	418.038	436.043
Patrocínio cultural (incentivo fiscal)	(1.363)	(3.120)	(2.563)	(3.120)
Total de outras despesas	(1.363)	(3.120)	(2.563)	(3.120)
	506.494	475.621	415.475	432.923

- (i) Refere-se à parceria com a Controlada PEFISA, onde são oferecidos aos seus clientes operações de crédito e produtos financeiros, permitidos pela regulamentação do BACEN. Todas as receitas e despesas são divididas entre as empresas, no modelo de *profit sharing*, 50% para cada uma.
- (ii) Este valor é basicamente originado em ganho de ação que visa afastar o PIS e a COFINS sobre a receita de venda dos produtos eletrônicos (Lei do Bem) previsto no artigo 28 da Lei nº 11.196/2005 transitada em julgado em 03/08/2022 no montante de R\$ 321.960.

26. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	11.643	6.762	17.076	11.409
Descontos obtidos	7.466	10.498	7.495	10.500
Ajuste a valor presente – contas a receber	28.105	15.031	28.105	15.031
Atualização monetária depósitos judiciais	330	(958)	358	(932)
Atualização monetária do PIS / COFINS a compensar sobre redução da base do ICMS (i)	182.912	48.091	182.912	48.091
Atualização monetária INSS a restituir	4.443	3.913	4.443	3.913
Outras receitas financeiras	1.700	13.622	3.139	13.680
Atualização monetária para partes relacionadas (Nota 8)	-	274	-	502
Total	236.599	97.233	243.528	102.194
Despesas financeiras				
Juros com empréstimos bancários	(106.167)	(56.335)	(111.537)	(61.948)
PIS / COFINS sobre receita financeira	(23.670)	(14.737)	(24.422)	(14.787)
Ajuste a valor presente – fornecedores	(112.392)	(57.889)	(112.392)	(57.889)
Juros arrendamento mercantil (Nota 15)	(184.145)	(138.950)	(184.594)	(138.950)
Despesas bancárias	(8.316)	(2.483)	(9.104)	(2.750)
Varição monetária passiva com partes relacionadas (Nota 8)	(14.436)	(89)	-	(111)
Descontos concedidos	(56.200)	-	-	(193)
Outras despesas financeiras	(10.226)	(5.710)	(13.582)	(6.192)
Total	(515.552)	(276.193)	(455.631)	(282.820)
Resultado financeiro líquido	(278.953)	(178.960)	(212.103)	(180.626)

- (i) Refere-se à atualização monetária sobre ganho de ações judiciais, sendo as principais: complemento da ação judicial transitada em julgado em 08/11/2018 que objetivou afastar a exigência da inclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições sociais destinadas ao PIS e à COFINS, e também afastar o PIS e a COFINS sobre a receita de venda dos produtos eletrônicos previstos no artigo 28 da Lei nº 11.196/2005 transitada em julgado em 03/08/2022.

27. Instrumentos financeiros
 A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Administração entende que não existe risco significativo de perdas associadas aos instrumentos financeiros, e não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo. A premissa utilizada pela Companhia para registro de seus ativos e passivos financeiros é o valor presente dos fluxos de caixa estimados, e os saldos contábeis são razoavelmente próximos do valor justo, não são apurados valores justos, como previsto no CPC 40 / IFRS 7.

		Controladora			Consolidado		
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Nível 2	-	232.060	232.060	1.290.506	-	1.290.506
Contas a receber de clientes (Nota 6)	Nível 2	-	451.751	451.751	-	3.110.026	3.110.026
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	Nível 2	180	-	180	180	-	180
Outros créditos	Nível 2	-	50.952	50.952	-	111.919	111.919
		180	734.763	734.943	1.290.686	3.221.945	4.512.631

		Controladora			Consolidado		
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
Passivos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	Nível 2	-	974.311	974.311	-	2.197.700	2.197.700
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	Nível 2	-	877.257	877.257	-	2.919.579	2.919.579
Demais contas a pagar	Nível 2	-	68.037	68.037	-	194.417	194.417
		-	1.919.605	1.919.605	-	5.311.696	5.311.696

		Controladora			Consolidado		
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	Nível 2	-	381.218	381.218	1.259.143	-	1.259.143
Contas a receber de clientes (Nota 6)	Nível 2	-	591.298	591.298	-	2.235.757	2.235.757
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	Nível 2	10.165	-	10.165	10.165	-	10.165
Outros créditos	Nível 2	-	21.134	21.134	-	140.764	140.764
		10.165	993.650	1.003.815	1.269.308	2.376.521	3.645.829

		Controladora			Consolidado		
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
Passivos financeiros	Valor justo	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 17)	Nível 2	-	988.138	988.138	-	1.766.652	1.766.652
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	Nível 2	-	676.278	676.278	-	1.675.912	1.675.912
Demais contas a pagar	Nível 2	-	201.079	201.079	-	277.164	277.164
		-	1.865.495	1.865.495	-	3.719.728	3.719.728

Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;
- **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Fluxos de caixa descontados, que considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco para os instrumentos financeiros remanescentes.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora				Consolidado			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Categoria de instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	232.060	232.060	381.218	381.218	1.290.506	1.290.506	1.259.143	1.259.143
Contas a receber de clientes	-	-	-	-	2.700.800	2.700.800	1.841.666	1.841.666
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	395.395	395.395	362.061	362.061	409.226	409.226	394.091	394.091
Contas a receber de partes relacionadas	56.356	56.356	229.237	229.237	-	-	-	-
Instrumento financeiro derivativo	180	192	8.648	8.648	180	192	8.648	8.648
Aplicações financeiras	26.422	26.422	10.053	10.053	26.422	26.422	10.053	10.053
Outros créditos	50.952	50.952	21.134	21.134	111.919	111.919	140.764	140.764
Total de ativos financeiros	761.365	761.377	1.012.351	1.012.351	4.539.053	4.539.065	3.654.365	3.654.365

	Controladora				Consolidado			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Categoria de instrumentos financeiros	Valor contábil	Valor justo						
Fornecedores	974.311	974.311	988.138	988.138	2.197.700	2.197.700	1.766.652	1.766.652
Empréstimo e financiamentos	877.257	1.004.034	676.278	811.815	2.919.579	3.884.869	1.675.912	1.875.346
Dividendos a pagar	12.500	12.500	-	-	12.500	12.500	-	-
Demais contas a pagar	68.037	68.037	201.079	201.079	194.417	194.417	277.164	277.164
Total de passivos financeiros	1.932.105	2.058.882	1.865.495	2.001.032	5.324.196	6.289.486	3.719.728	3.919.162

Política de gestão de riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial.

(a) Risco de mercado
(i) Exposição a riscos cambiais

O risco cambial da Companhia está relacionado a (i) empréstimos em moeda estrangeira e (ii) na importação de produtos para revenda. Para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados *hedge* e para as operações comerciais de importação também temos a política de contratar *hedge* para o volume das importações previstas para o

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Análise de sensibilidade

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos e, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que determina o valor justo dos instrumentos financeiros naquelas datas. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos antes dos impostos), foram definidos pela Administração com base em impactos adversos de 15% e de 25% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano e do CDI – CETIP.

A análise de sensibilidade aqui apresentada foi determinada pela Administração com base no cenário provável considerando as projeções da Companhia para as taxas de câmbio e do CDI nas datas-base para as operações com moeda funcional real (antes dos impostos), como segue:

Instrumento	Fator de risco	Impacto – Cenários		
		Cenário ano	2022	
			15%	25%
	USD	5.2127	5.9946	6.5159
Fornecedores estrangeiros (Nota 18)	Alta do USD	46.900	7.035	11.725
Empréstimos em moeda estrangeira – 4131	Alta do USD	69.816	10.472	17.454
Derivativos	Alta do USD	180	27	45
		116.896	17.534	29.224

Instrumento	Fator de risco	Impacto – Cenários		
		Cenário ano	2021	
			25%	50%
	USD	5.5805	6.9756	8.3708
Fornecedores estrangeiros (Nota 18)	Alta do USD	29.876	7.469	14.938
Derivativos NDFs	Alta do USD	10.165	2.541	5.083
		40.041	10.010	20.021

(iii) Riscos de flutuação nas taxas de juros

Esse risco é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade que trata do risco de taxa de juros considera a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras.

O valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data dessa demonstração foi:

Instrumento	Fator de risco	Impacto – Cenários		
		Cenário ano	2022	
			15%	25%
	Taxa CDI	13,65%	15,70%	17,06%
Aplicação financeira (Nota 4)		96.125	13.121	15.089
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)		(877.257)	(119.746)	(137.707)
Impacto no resultado		(106.625)	(122.618)	(133.281)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(70.372)	(80.928)	(87.965)

Instrumento	Fator de risco	Impacto – Cenários		
		Cenário ano	2021	
			25%	50%
	Taxa CDI	9,15%	11,43%	13,72%
Aplicação financeira (Nota 4)		323.118	29.565	36.932
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)		(676.278)	(61.879)	(77.299)
Impacto no resultado		(32.314)	(40.367)	(48.453)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(21.327)	(26.642)	(31.979)

Instrumento	Fator de risco	Impacto – Cenários		
		Cenário ano	2022	
			15%	25%
	Taxa CDI	13,65%	15,70%	17,06%
Aplicação financeira (Nota 4)		1.133.526	154.726	177.935
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)		(2.919.579)	(398.523)	(458.301)
Impacto no resultado		(243.797)	(280.366)	(304.745)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(160.906)	(185.041)	(201.132)

Instrumento	Fator de risco	Impacto – Cenários		
		Cenário ano	2021	
			25%	50%
	Taxa CDI	9,15%	11,43%	13,72%
Aplicação financeira (Nota 4)		1.167.233	106.802	133.415
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)		(1.675.912)	(153.346)	(191.557)
Impacto no resultado		(46.544)	(58.142)	(69.791)
Impacto no resultado líquido de IR/CS		(30.719)	(38.374)	(46.062)

(b) Risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado, por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco), veja análise da provisão para perda esperada na Nota 6.

A Companhia restringe sua exposição aos riscos de crédito associados a crediário próprio, administradoras de cartões de crédito, bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições de primeira linha. Desta forma, a qualidade do crédito dos ativos financeiros e passivos financeiros podem ser avaliados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de clientes				
Tipo 1 (1)	-	-	1.272.451	985.669
Tipo 2 (2)	-	-	814.237	657.112
Tipo 3 (3)	-	-	332.947	139.070
Tipo 4 (4)	-	-	876.870	499.422
Total	-	-	3.296.505	2.281.273

Os tipos de clientes do contas a receber acima podem ser assim classificados:

- (1) Tipo 1 - grupo de clientes com probabilidade menor que 5% de atrasar mais que 60 dias (baixíssimo risco).
- (2) Tipo 2 - grupo de clientes com probabilidade de 5% a 34% de atrasar mais que 60 dias (baixo risco).
- (3) Tipo 3 - grupo de clientes com probabilidade de 35% a 69% de atrasar mais que 60 dias (médio risco).
- (4) Tipo 4 - grupo de clientes com probabilidade maior que 70% de atrasar mais que 60 dias (altíssimo risco).

As disponibilidades, aplicações financeiras, os empréstimos e financiamentos do Grupo são transacionados com instituições financeiras com os seguintes ratings:

Disponibilidades e aplicações financeiras	Consolidado	
	2022	2021
M:AAA.br	1	-
S:brAAA	29.475	468.625
S:brAA+	-	45
S:AA	198	-
S:BB-	8.871	14.710
S:brA	138.595	-
M:ba3	27.820	-
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	1.059.778	761.275
Em caixa nos estabelecimentos comerciais	41.078	24.541
	1.305.816	1.269.196

Arrendamento, empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	2022	2021
M:Aaa.br	-	8.153
S:BB-	174.933	181.040
S:brAA+	-	17.064
S:brAAA	353.613	647.598
M:ba3	69.816	-
S:AA	111.875	-
S:brA	200.424	-
XP Investimentos CCTVM S.A.	1.329.486	592.586
Ouroinvest DTVM S.A.	7.915	20.499
Letras de Câmbio	31.656	125.693
BTG Pactual	413.925	82.576
Rb Capital Companhia de Securitização	200.974	-
CRI Piratini	24.962	-
Arrendamentos	1.642.811	1.519.952
Outros (substancialmente leasing)	-	703
	4.562.390	3.195.864

As iniciais acima descritas referem-se às agências de risco: M:Moody's; F:Fitch e S:Standard & Poor's.

(c) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acesso a recursos imediatos. Entende-se por riscos de liquidez, a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento do Grupo, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Para isso, são mantidos relatórios de Gerenciamento dos Riscos de descasamentos por indexador e data, possibilitando a análise dos riscos de cada entidade do Grupo individualmente e dos riscos da Companhia em termos consolidados. Especificamente quanto à preservação da liquidez financeira, é mantida uma relação mínima de 1,0 (uma) vez o somatório das necessidades de caixa nos próximos 60 - 90 dias em recursos livres (de liquidez imediata).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia e do Consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Controladora				Mais
			Até 1 ano	2 - 3 anos	4 - 5 anos	5 anos	
Em 31 de dezembro de 2022							
Fornecedores	974.311	974.311	974.311	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	877.257	1.004.034	542.116	299.509	115.595	46.814	438.600
Arrendamentos a pagar	1.670.294	1.670.294	383.263	452.876	395.555	-	-
Demais contas a pagar (*)	146.576	146.576	62.580	83.996	-	-	-
	3.668.438	3.795.215	1.962.270	836.381	511.150	485.414	-

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Controladora				Mais
			Até 1 ano	2 - 3 anos	4 - 5 anos	5 anos	
Em 31 de dezembro de 2021							
Fornecedores	988.138	988.138	988.138	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	676.278	811.715	552.752	246.020	12.943	-	-
Arrendamentos a pagar	1.519.951	1.519.951	301.770	484.484	285.956	447.741	-
Demais contas a pagar (*)	201.079	201.079	141.113	59.966	-	-	-
	3.385.446	3.520.883	1.983.773	790.470	298.899	447.741	-

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Consolidado				Mais
			Até 1 ano	2 - 3 anos	4 - 5 anos	5 anos	
Em 31 de dezembro de 2022							
Fornecedores	2.197.700	2.197.700	2.197.276	424	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.919.579	3.884.869	960.222	1.873.032	1.004.801	46.814	438.600
Arrendamentos a pagar	1.673.016	1.673.016	383.926	453.852	396.217	-	-
Outros passivos (*)	259.452	259.452	175.081	84.371	-	-	-
	7.049.747	8.015.037	3.716.505	2.411.679	1.401.018	485.835	-

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Consolidado				Mais
			Até 1 ano	2 - 3 anos	4 - 5 anos	5 anos	
Em 31 de dezembro de 2021							
Fornecedores	1.766.652	1.766.652	1.766.539	113	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.675.912	1.875.346	1.127.219	637.841	110.286	-	-
Arrendamentos a pagar	1.519.952	1.519.952	301.770	492.358	285.956	439.868	-
Outros passivos (*)	277.164	277.164	216.823	60.341	-	-	-
	5.239.680	5.439.114	3.412.351	1.190.653	396.242	439.868	-

(*) Não inclui receita diferida relativa a acordos comerciais com terceiros no valor total de R\$ 124.362 (2021 – R\$ 140.122), na Controladora e R\$ 124.362 (2021 – R\$ 140.122), no Consolidado.

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ele associada.

A Companhia tem utilizado capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Total dos empréstimos (Nota 18)	877.257	676.278	2.919.579	1.675.912
Passivo arrendamento	1.670.294	1.519.951	1.673.016	1.519.952
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	232.060	381.218	1.290.506	1.259.143
Dívida líquida	2.315.491	1.815.011	3.302.089	1.936.721
Total do patrimônio líquido	1.775.815	1.687.535	1.776.440	1.687.161
Índice de alavancagem financeira	1,30	1,08	1,86	1,15

28. Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme Estatuto Social. O lucro diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas pela quantidade de ações sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as ações da Companhia não possuíam qualquer efeito dedutivo, e encontram-se divulgadas a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	140.314	256.726
Quantidade de ações – mil	150.000	150.000
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	0,9354	1,7115

29. Limites operacionais (acordo da Basileia)

A Controlada PEFISA está enquadrada nos limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Existe uma política de contratação de cobertura de seguros para estoques, bens do imobilizado e propriedades para investimento sujeito a riscos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura			
		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Patrimônio e estoques	Incêndio / raio / explosão / danos elétricos / vendaval a fumaça / lucros cessantes	390.488	390.488	403.288	403.288
Bens e mercadorias	Transporte internacional importação	22.600	25.100	22.600	25.100

31. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de janeiro de 2023, foi aprovado aporte de capital na controlada PEFISA, no montante de R\$ 50.000, o qual foi integralizado na mesma data.

MARTIN MITTELDORF
Diretor-Presidente

DANIEL MARTINS SILVESTRI
Diretor Vice-Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

SÉRGIO ANTONIO BORRIELLO
Diretor-Superintendente

MARCELLO MIRANDA
Diretor Executivo Financeiro e de Relação com Investidores

JAMES NUNES DE SOUSA
Contador CRC 1SP194966/O-9

www.pernambucanas.com.br

(Continua...)



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perdas estimadas em crédito	
Veja a Nota 06 das demonstrações financeiras consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme divulgado na nota explicativa 06, a Companhia realiza vendas a consumidores que são, em sua maioria, pessoas físicas e oferece crédito a tais consumidores por meio da emissão de cartões de crédito através da controlada direta Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA"). Esses créditos estão sujeitos às análises de perdas esperadas conforme definido pelo NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, sendo passíveis de redução mediante reconhecimento de provisão para as perdas estimadas em crédito. Consideramos a provisão para perdas estimadas em crédito como um principal assunto de auditoria, uma vez que é uma estimativa que requer julgamento significativo da administração, além de envolver um conjunto de fatores a serem considerados na determinação do seu valor, tais como: níveis de inadimplência, políticas de renegociação e o histórico da qualidade da carteira. Adicionalmente, consideramos a relevância dos montantes envolvidos, pulverização das operações (saldos individuais com valores não significativos) e o alto volume de transações.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o teste da conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; a análise da razoabilidade da política adotada pela Companhia e sua aderência às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRS; o recálculo da provisão com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco de crédito e atraso de pagamento das operações, recálculo da perda esperada, incluindo a análise amostral de clientes, para avaliação dos níveis individuais de risco; discussões periódicas com a administração; e análise quanto à adequação das respectivas divulgações em notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas estimadas em crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e premissas adotadas na mensuração e registro da provisão pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 06, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.
Mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso, conforme o CPC 06 (R2) / (IFRS 16)	
Veja a Nota 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de R\$ 1.464.133 mil na Controladora e de R\$ 1.466.629 mil no Consolidado, além de passivo de arrendamento de R\$ 1.670.294 mil na Controladora e de R\$ 1.673.016 mil no Consolidado. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela administração na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração dos impactos contábeis; análise do teste de voucher de contratos de arrendamento da Companhia, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma. Testamos também a razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalculamos os montantes mensurados pela Companhia para estas transações. Por fim, examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas, incluindo os requerimentos do CPC 06 / (IFRS 16) e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os registros contábeis preparados pela Administração para mensuração dos impactos do CPC 06 / (IFRS 16) nos contratos de arrendamento, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

www.pernambucanas.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>